

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTAMARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Gracieli Strauss Schneider

**A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL/RS: IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO
EM CONTEXTO**

Ijuí - RS

2016

Gracieli Strauss Schneider

**A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO
DE CRISSIUMAL/RS: IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, Área de Concentração em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), com o requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Docência na Educação Infantil.**

Orientadora: Prof. Dr^a. Viviane Ache Cancian

**Ijuí - RS
2016**

DEDICATÓRIA

**A minha família, ao meu marido Daniel e filha Maria Eduarda.
Dedico também aos especialistas, mestres e doutores do curso de
Especialização Em docência na Educação Infantil do polo de Ijuí/RS.
Aos profissionais das instituições de Educação Infantil do município de
Crissiumal/RS.**

**Em especial, a todos os interessados pelo assunto, que acreditam na
Educação Infantil como a principal etapa do desenvolvimento, das vivências e
experiências das crianças.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Agradeço em especial a minha família, amigos e colegas, pela compreensão nos momentos de estudo durante o curso.

Aos docentes do curso de especialização pelo conhecimento e atenção.

Às colegas do curso que, no decorrer das aulas, trouxeram contribuições, através de relatos e praticas que tornaram ainda mais significativas as aprendizagens.

RESUMO

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL/RS: IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO

AUTOR: Gracieli Strauss Schneider
ORIENTADOR: Viviane Ache Cancian

RESUMO: Realizada em um município da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, esta pesquisa envolve três instituições de Educação Infantil, e respectivamente, três gestores e doze educadores. O problema que constitui esta pesquisa é o fato de que no sistema de ensino do município não há oferta de formação para os profissionais da Educação Infantil. Tem por objetivo realizar um estudo aprofundado e crítico em relação a formação em contexto, a fim de destacar a importância da mesma para o cotidiano educacional e possibilidade de acesso disponibilizada aos educadores. Esta pesquisa de abordagem qualitativa tem como método a pesquisa de campo e para a coleta de dados a aplicação de um questionário com questões abertas, facilitando a compreensão dos anseios e expectativas dos profissionais. O estudo foi constituído na discussão com autores que pensam a Educação Infantil e a formação em contexto dos profissionais como: Libâneo (1998), Freire (1996), Goldschmied e Jackson (2006), Formosinho e Araujo (2013), Kramer (2011), Ostetto (2000), Ortiz e Carvalho (2012), Barbosa (2006) entre outros, bem como documentos legais. A pesquisa considera que é imprescindível qualificar profissionais, capacitando-os para assumir uma postura de confiança e respeito dentro das instituições de Educação Infantil, através de espaços de estudo, como é o caso dos encontros de formação em contexto. Dessa forma, destaca os grupos de estudos como uma opção de formação no contexto da instituição acessível aos educadores.

Palavras chave: Educação Infantil, Formação Continuada, Grupos de Estudos, Formação em contexto.

ABSTRACT

TRAINING PROFESSIONALS OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF CRISSIUMAL / RS: IMPORTANCE OF FORMATION IN CONTEXT

AUTHOR: Gracieli Strauss Schneider

SUPERVISOR: Viviane Ache Cancian

ABSTRACT: This research was carried out in a municipality of the Northwest Region of the State of Rio Grande do Sul, involving three institutions of early childhood education, and three managers and twelve educators, respectively. The problem that constitutes this research is the fact that in the education system of the municipality there is no offer of training for the professionals of the Child Education. Its purpose is to carry out an in-depth and critical study in relation to in-context training, in order to highlight the importance of it for educational daily life and the possibility of access available to educators. This research of qualitative approach has as a method the field research and for data collection the application of a questionnaire with open questions, facilitating the understanding of the expectations and expectations of the professionals. The study was constituted in the discussion with authors who think about Early Childhood Education and the formation in context of professionals such as Libane (1998), Freire (1996), Goldschmied and Jackson (2006), Formosinho and Araujo (2013), Kramer, Ostetto (2000), Ortiz and Carvalho (2012), Barbosa (2006) among others, as well as legal documents. The research considers that it is essential to qualify professionals, enabling them to assume a position of trust and respect within the institutions of Early Childhood Education, through spaces of study, as is the case of in-context training meetings. In this way, it highlights the study groups as a training option in the context of the institution accessible to educators

Keywords: Early Childhood Education, Continuing Education, Study Groups, Training context.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organização do espaço e material para a formação em contexto.

Figura 2: Grupo de educadores da formação em contexto turno da manhã.

Figura 2: Grupo de educadores da formação em contexto turno da tarde.

LISTA DE ABREVIATURAS

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência a Infância.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CEB – Conselho da Educação Básica.

PNE – Plano Nacional de Educação.

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

PPP – Projeto Político e Pedagógico.

Sumário

1. MEMORIAL	9
1.1. LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA	9
1.2. A ESCOLHA PELA DOCÊNCIA	11
1.3. PORTAS QUE SE ABREM	14
1.4. ESCOLHA FEITA: DETERMINAÇÃO E PERSEVERANÇA	17
2. RECONHECIMENTO DO CENÁRIO DA PESQUISA	19
3. PORQUE FALAR DE FORMAÇÃO PARA EDUCADORES INFANTIS?	23
4. VÍNCULOS E EVIDÊNCIAS DO PERCURSO HISTÓRICO	29
5. CONHECIMENTO: ABERTURA PARA MUDANÇAS	39
6. COM A PALAVRA: OS GESTORES E EDUCADORES	46
7. A PROPOSTA DA FORMAÇÃO EM CONTATO NA PRÁTICA	60
8. REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO DA PESQUISA	70
REFERÊNCIAS	73

1. MEMORIAL

1.1. LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA

Como pode um “nó” fazer tanta diferença na vida de uma pessoa? Nó que finaliza a costura ou o bordado, que firma a corda na laçada do gado, atrapalha o pentear dos cabelos, prende a alça da sacola, acontece sem querer ao desamarrar os calçados, põe charme a gravata, arruma o varal do quintal, desatola o carro. São tantos “nós” com tantos significados e utilidades. Prende, facilita, atrapalha, firma, finaliza. Não é difícil acreditar que esse laço, justamente feito para não ser aberto, possa significar um obstáculo para o início de uma vida.

Em meados de 1980, no estado do Paraná, cansada das brigas e bebedeiras do marido, Dona Celiria, até então mãe de seis crianças, tendo o mais velho dez anos na época, resolve em seu último parto que não teria mais filhos. Seguindo sua vontade, o médico, de acordo com as técnicas contraceptivas da época, deu um “nó” nas trompas, acreditando assim que estaria impedindo uma nova fecundação. Pouco mais de um ano depois, Celiria separar-se do marido, permanecendo ele com três filhos e ela partindo para o município de Crissiumal, no Rio Grande do Sul com os outros três.

Apesar do coração apertado por deixar três de seus filhos para trás, seguiu lutando para que, os que estavam consigo, mesmo na simplicidade, tivessem uma vida digna. Depois de oito anos de trabalho na roça, com os filhos mais velhos empregados na cidade, a vida estava mais tranquila. Então, ao acompanhar os filhos em um dos bailes da juventude da sua localidade, conhece aquele que seria seu novo companheiro. Narcy, na época com quarenta e oito anos, também divorciado e pai de três filhos, protagonista de uma complicada história de vida. Assim, iniciaram

o namoro. Poucos meses depois, ainda não moravam juntos, mas Celiria, aos 38 anos, descobre que teria mais um filho, aliás, filha.

Pois então... o “nó” se desfez! Uma nova vida se iniciava pelo simples desatar de um nó! Como não dizer que ali estava a vontade D aquele que nos enobrece com o dom da vida?

Cheguei ao mundo no dia onze de Julho de 1989, dia congelante de inverno em Crissiumal. Neve lá fora, e eu, quentinha nos braços mais aconchegantes do mundo. Às cinco horas e cinquenta e cinco minutos, quem estava no hospital, pode escutar minha voz. Pesando quase quatro quilos e exatamente meio metro de comprimento. Pequenininha, porém com uma família grande. Nem todos os meus nove irmãos conseguiram vir me conhecer, três deles conheci depois de alguns anos devido a distância, mas alguns sobrinhos, acharam graça de ter uma tia recém nascida.

Eu, GracieliKrilow Strauss, mamãe Celiria e papai Narcy, e três irmãos maternos, ficamos morando por dois anos na cidade. Não tenho recordações desse tempo, apenas tento não creditar nas muitas recordações contadas pela minha mãe e irmãos que moravam na mesma casa que nós. Segundo eles, não tive uma infância fácil. Papai me batia muito. Bem, é quase inacreditável, mas as primeiras palmadas foram no meu terceiro dia de vida, enquanto chorava muito por causa de cólicas, meu pai me segurava, já nervoso, dizendo que era apenas manha. Não lembro desses fatos, realmente de nenhum, talvez nem queira lembrar mesmo! Histórias que me doem mais hoje ao escutá-las, do que quando foram vivenciadas. A inocência não permitiu que guardasse mágoas de papai. Após, vendemos a casa e fomos morar no interior de Esperança do Sul, cidade vizinha.

Longe da cidade, do ônibus, dos vizinhos, da família. Mas tão perto do que desejo que meus filhos vivenciem: a liberdade! Um mundo simples e rico de experiências. A pequena chácara, com uma casa velha de madeira e galpões. Pátio de chão batido, onde as galinhas circulavam. A horta, nem sempre estava caprichada, mas não faltavam os temperos verdes pras sopas e galinhadas da mamãe. Um potreiro, com poucas vacas e terneiros, que forneciam carne e leite apenas para nosso consumo.

Uma das lembranças, daquele lugar lindo em que vivia, é de quando ficava sentada em um balanço improvisado, feito com pedaço de arame no qual largava um pelego de ovelha. O mais especial era o local onde ele foi feito, em um galho de um pé de Laranjinha do Céu, gigante, pertinho da área onde meus pais tomavam chimarrão. Ainda guardo comigo a doçura da laranja retirada diretamente do pé, a cor laranjada da fruta sadia e as primeiras tentativas de descascar com uma faca. Enquanto escrevo e me recordo às lágrimas rolam, de saudade, ou ainda, de tristeza por pensar que talvez este lugar não exista mais.

Como era bom deitar-me em um tapete, sozinha naquele pátio imenso de chão batido, para simplesmente olhar as nuvens se movimentarem no céu. Eu sou a filha “temporona”, como os antigos diziam. Então, tinha que me contentar em brincar sozinha, ou ainda, raras vezes, brincar com mamãe. Gostava de brincar na terra, meus brinquedos eram sabugos e sementes de milho, madeirinhas, panos e tapetes, potes e colheres que pegava escondidinho da cozinha. Fazia comidinha com folhas e flores que recolhia no pátio, o que deixava mamãe furiosa. Infância acompanhada única e exclusivamente por meus pais, que nesta época trabalhavam na roça e acompanhavam meus passos com o canto do olho.

1.2. A ESCOLHA PELA DOCÊNCIA

Quatro anos se passaram, é chegada a hora de ir para a escola. Devido a distância e a falta de acesso, nos mudamos para o município vizinho de Humaitá, onde já residiam duas irmãs paternas, Marcia e Marisa. Matriculada na mesma escola que Marisa lecionava, estava tranquila para ficar pela primeira vez sozinha. No período da tarde, acompanhada pelas crianças vizinhas, frequentei a escola. Na época a instituição chamava-se Escola Estadual de 1º e 2º graus Maria Cristina, hoje tem a denominação de Instituto Estadual de Educação Maria Cristina – CIEP. Em salas de um prédio separado, frequentei os Prés A e B, com as Professoras Terezinha e Salete.

Nossa, como o alfabeto era grande! Quantos números! Graças que não havia a necessidade de aprendê-los de uma vez só. Lembro-me que nos anos iniciais da escola tínhamos muitos momentos de brincadeiras, livres e dirigidas. Aprendi a ler e escrever na 1ª série, com a Professora Marli, que contava histórias e fazia atividades diversificadas, mas eram sagrados os momentos de ditado e em que nos era tomada a leitura.

Nos anos seguintes as aprendizagens foram as mais diversas. Até a quarta série era tranquilo com uma professora para todas as matérias. Mas a partir da quinta série é que a coisa ficou mais séria e difícil. Dividido o tempo por disciplinas, com um professor para cada matéria, livros didáticos, aulas praticamente teóricas, fórmulas, conceitos, provas, o medo da “recuperação”. Gostava das aulas de artes, sou apaixonada até hoje pela matéria. A matemática não me assustava e nas aulas de português fazia o máximo para compreender e tirar boas notas, não podia fazer feio na matéria em que a irmã lecionava.

Vocês nem imaginam como me orgulhava quando encontrava minhas irmãs Marcia e Marisa pelos corredores e fora da escola. Nem todos tinham a oportunidade de ter “manas profes”, como meus colegas diziam. Porém, demorou para que eu fosse aluna delas, somente na sétima série que a Marisa lecionou as aulas de Português para mim. A Marcia lecionava em escolas do município, apenas no Magistério veio estagiar nas aulas de Português de minha turma.

Com a chegada da oitava série, começava a ansiedade para o ingresso no Ensino Médio. Desde pequena, desejava ser professora, brincava de dar aulas, fazendo atividades com as matrizes velhas que as professoras jogavam no lixo. Na escola que estudava havia a oportunidade de cursar o Magistério, hoje conheci do como Curso Normal. Sem dúvida alguma, ingressei nele aberta para os desafios e aprendizagens.

A importância das escolhas na nossa vida é dada pela marca que cada uma delas deixa em nós. Talvez com apenas treze anos ainda tenha sido imatura para escolher uma “futura” profissão. Uma responsabilidade grande para uma recém adolescente. Mas, como tudo na vida, precisamos experimentar primeiro para ver se

vai dar certo. Assim, no ano de 2004, ingressava no Magistério. Uma turma grande de colegas, vinte e seis, mas já no final do primeiro ano restaram apenas dezessete.

Tudo era novidade, principalmente as matérias específicas do curso: didática geral e da linguagem, estrutura, psicologia. Os professores procuravam fazer nossas aulas dinâmicas, sempre visando nossas futuras práticas em sala de aula, para que assim estivéssemos munidas de materiais e sugestões de atividades, com a perspectiva de aplicabilidade. Foi nessa etapa que passei a conhecer e a observar os estágios do desenvolvimento infantil de Piaget, o desenvolvimento da aprendizagem de Vigotski, bem como discutir a respeito da alfabetização, leis e documentos que normatizam a Educação Brasileira entre outros aspectos relacionados a docência.

Pouco antes da realização do Estágio final meus pais divorciaram-se, saí de casa e passei a morar com meu então namorado Daniel, em Crissiumal. Durante o período de estágio não trabalhei, dediquei-me apenas aos estudos. Assim destacou-se o capricho nas atividades e nos cadernos, a organização e a pontualidade dos trabalhos. Foi um período difícil, pois deu pra sentir na pele o compromisso com o ensinar. Assustava-me o fato de ter um conteúdo e fazer com que ele fosse compreensível para as crianças, mais que isso, que ele tivesse significado para a vida delas. Mas deu tudo certo, com o passar dos dias e a confiança que a professora titular depositava em mim e no meu trabalho, foi possível ensinar e aprender com as crianças, professores e comunidade escolar.

Concluído o estágio, vinha no peito a angústia pela formatura. Estava feliz por concluir o curso, mas triste porque as dezesseis amigas e colegas iriam se separar. Quatro anos e meio de convivência, dividindo alegrias e aflições, suficientes para criar um vínculo muito forte no grupo de meninas professoras. Chegou o dia de muita alegria, certas de suas escolhas, agora todas recebiam o título de Professoras. Com o diploma em mãos, ficamos a espera de oportunidades, mesmo que não fossem na docência.

1.3. PORTAS QUE SE ABREM

Oportunidade. Em vários momentos nos questionamos se o impulso para as mudanças na vida não seriam apenas uma questão de ter a oportunidade. Existem situações em que somos movidos pela necessidade e agarramos a primeira chance que aparece. Foi meu caso. Precisando ajudar nas contas de casa, comecei a trabalhar numa empresa calçadista do município, onde permaneci por vinte e um dias. Mesmo empregada, continuava a procura de algo melhor. Eis que sou convidada a trabalhar no comércio, onde permaneci por dois anos. Nesse período não fiquei sem buscar conhecimento. Participei de duas capacitações para visitadora do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), sendo as duas vezes aprovada na seleção, porém, não aceitei pelo fato do contrato ser de seis meses, afinal, precisava de estabilidade por um prazo maior.

Não satisfeita, queria estudar. Precisava de mais uma oportunidade, dessa vez para a minha formação profissional. Sempre confiante, afirmava que um dia iria cursar uma faculdade. Mas como, se o salário não bastaria nem para as mensalidades? Então, ciente de que não seria fácil, fui à busca de uma bolsa de estudos patrocinada pelo Governo Federal através do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Para isso, no ano de 2009, realizei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), requisito básico para acesso às universidades públicas e à bolsas de estudo em instituições privadas.

Prova extensa e difícil. Dois dias de avaliação, quase dez horas debruçada sobre questões, queimando neurônios. O cansaço tomando conta da mente e do corpo. Mas valeu o esforço, mesmo com a nota não muito alta, foi possível acreditar na oportunidade de continuar os estudos. Feita a inscrição, escolhi cinco cursos totalmente diferentes: Agronomia, Educação Física, Letras Inglês, Pedagogia, Artes. O importante naquele momento era que, através destas opções, iria ingressar no Ensino Superior. Foram quatro dias de angústia, porém, no dia dez de março de

2010, às cinco da manhã, não aguentando mais a ansiedade, pulei da cama e fui ver o resultado. Para minha surpresa, havia um sinal verde na tela do computador, significando a aprovação de uma bolsa de estudos para o Curso de Pedagogia. Momento de euforia, felicidade, ansiedade. Pulava como uma doida no meio da sala de casa, contendo os gritos para que os vizinhos não estranhassem. Era mais uma oportunidade que agarrei com todas as forças.

Dois dias depois, já estava conhecendo as colegas do curso de Pedagogia da Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM) e ainda, descobria que já havia perdido doze aulas do curso. Cursava os cinco componentes da semana e mais um aos sábados. Tinha uma jornada de trabalho de quarenta horas no comércio, estudava a noite e era dona de casa. Até hoje não compreendo como dava conta de tudo.

Descobri que cursar a faculdade não era tão fácil assim. Tive dificuldades no início, demorou até que me encontrei nas matérias, assuntos, autores, bibliografias, modo de ensino e avaliação da instituição. Tinha pouco tempo de estudo, o que dificultava mais ainda. Aproveitava o tempo de viagem no ônibus, o período de soninho das crianças na escola e os finais de semana para colocar os trabalhos em dia.

No terceiro semestre do curso me inscrevi para a seleção do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), oportunidade de ingressar na área da educação, pelo período de dois anos, com jornada de trabalho de apenas trinta horas semanais, o que facilitaria muito para meus estudos e futuros estágios. Aprovada, assinei contrato com a Prefeitura Municipal de Crissiumal, assumindo assim a turma do Berçário I da Escola Municipal de Educação Infantil Reichert. Agora sim estava realizada, estudando, trabalhando, tudo se encaminhando como esperado. Para completar a felicidade, após um ano de contrato assumi concurso público no cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com carga horária de quarenta horas semanais, permanecendo na mesma escola e turma.

Durante o curso de graduação foram realizados cinco momentos de pesquisa e intervenção. Inicialmente, foi realizada a intervenção na área social, onde foram abordados aspectos das Oficinas Lúdicas em Grupo. No semestre seguinte realizei

estágio na Educação Infantil, com crianças de 3 anos do Maternal I, desenvolvendo o tema “Linguagens Geradoras”, inspirada pelo autor Gabriel Junqueira Filho e a atividade do “Cesto dos Tesouros” descrita na obra de Goldschmied e Jackson (2006).

Na intervenção realizada com o 3º ano do Ensino fundamental trabalhei questões referentes à “Práticas Pedagógicas Dinâmicas”. Dessa forma, tivemos passeios, jogos, brincadeiras, histórias, sendo que me surpreendi com o encantamento das crianças pela leitura. No estágio realizado em dupla no Curso Normal, trabalhamos aspectos de “Alfabetização e Letramento” ligados a Literatura Infantil e suas contribuições em sala de aula, visando significativa contribuição para a formação das futuras docentes.

A última intervenção aconteceu de forma individual em Gestão Escolar. Dessa forma, pesquisei a respeito da “Formação Continuada: Garantia de qualidade no atendimento para a Educação Infantil”. Tive por objetivo de compreender os procedimentos organizacionais de uma formação continuada direcionada aos profissionais atuantes na área da Educação Infantil e sua devida execução, proporcionando a estes sujeitos educadores maiores informações a respeito dos primeiros socorros, atividades de motivação para o grupo, e ao mesmo tempo conseguir um maior envolvimento dos pais na educação das crianças. Assim, foram proporcionados três encontros abordando temas ligados às práticas na Educação Infantil, possibilitando a discussão e compreensão de aspectos ainda duvidosos no trabalho em sala de aula.

Concluindo a graduação, no trabalho de conclusão de curso, realizado com mais duas colegas, damos continuidade a pesquisa referente a Formação Continuada, abordando o tema “Formação Continuada de profissionais da Educação Infantil: Contribuições e desafios em sala de aula”. Assim, buscamos no chão das escolas as respostas para questionamentos pertinentes a formação das educadoras, observando que este assunto é de grande interesse das mesmas. Os principais aspectos destacados foram em relação ao acesso aos cursos e encontros de formação que ainda não é proporcionado em alguns municípios, e, e importância que estes representam para a qualidade do ensino nas instituições. Com a defesa

do TCC em dezembro de 2013, com a data da formatura marcada para o final do mês, concluía a graduação.

1.4. ESCOLHA FEITA: DETERMINAÇÃO E PERSEVERANÇA

Cansada de tanta correria, precisando acalmar os pensamentos, achei que seria o momento de esperar um pouco para dar continuidade aos estudos. Mas, mais uma vez, a oportunidade veio até mim. Enviado pela Secretaria de Educação, caiu em minhas mãos um ofício comunicando a abertura das inscrições para o curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), cujas aulas seriam ministradas no município de Ijuí - RS. Dez dias antes da formatura de graduação realizei a inscrição para a especialização.

Estava feliz, porém nervosa pela demora do resultado final de seleção dos alunos. Aprovada na primeira etapa, aguardava o início das aulas, o que demorou para acontecer, pois, devido ao pouco número de alunos inscritos, o edital de inscrição foi reaberto por mais duas vezes. Em 31 de Setembro de 2014 tivemos nosso primeiro encontro.

Agora, com a certeza de estar no caminho certo, busquei aprofundar meus conhecimentos e realmente compreender e pesquisar a respeito da Educação Infantil. O fato de atuar na área facilitou de forma significativa as aprendizagens, experimentações e observações com as crianças. As leituras e discussões da especificação eram relacionadas com o trabalho em sala de aula.

Novas ideias, novas propostas, novas atividades, um novo olhar. Tantas expectativas construídas a partir de conhecimentos muito bem embasados. Mas não era suficiente para que a realidade fosse transformada. Infelizmente a rotina engessada durante anos e o modo de trabalhar acomodado não permitiram que algo fosse modificado. É como se sentisse o grupo de colegas de trabalho desmotivado,

financeira e psicologicamente. O grupo sabe que é importante o desenvolvimento das mais diversas atividades pedagógicas com as crianças de 0 a 3 anos, bem como, o quanto são significativas as experiências vivenciadas nesta faixa etária. Mas, devido a falta de valorização como profissionais da educação, preferem continuar apenas com a rotina da escola.

Neste sentido, também educadora infantil, também desmotivada, porém, não acomodada, propus dar continuidade as pesquisas realizadas no Estágio de Gestão Escolar e no TCC. Com o intuito de mostrar para a Secretária de Educação a importância de oferecer a Formação Continuada, tanto para docentes como para as demais profissionais da Educação Infantil, busco na pesquisa monográfica compreender as profissionais que atuam em sala. A minha realidade já conheço, bem como sei o que penso a respeito dela. Assim, considero importante mostrar a realidade a nível de município, sendo que a partir desta pesquisa, existe a pretensão de levar aos gestores um retorno e uma proposta de tempo e espaço de formação continuada.

Agora, no ano de 2016, casada com Daniel, mãe da Maria Eduarda, ainda funcionária pública e estudante, desacomodada e incomodada com as condições da Educação Infantil do município, pretendo defender a monografia de maneira que esta seja significativa para os envolvidos. Futuramente, ao descrever este período de minha vida, dando continuidade a este memorial, quero lembrar com orgulho dos passos dados, ou ao menos, não permitir que digam que deixei passar a oportunidade.

2. RECONHECIMENTO DO CENÁRIO DA PESQUISA

A experiência, relatada por esta escrita, foi desenvolvida a partir do aspecto de oferta de formação continuada aos profissionais das três instituições de Educação Infantil do sistema público do município de Crissiumal, localizado na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, que presta atendimento de aproximadamente duzentos e setenta crianças.

Os sujeitos da pesquisa são os gestores das escolas do município de Crissiumal, indicados pela administração municipal, de acordo com a formação e competências para o cargo. Eles assumem a postura de liderança diante da equipe de educadores, o que transfere a responsabilidade perante a qualidade do ensino oferecido as crianças que frequentam a instituição. Também são sujeitos da pesquisa os educadores, das mais variadas idades e formações, que atuam nas Escolas de Educação Infantil, diretamente com as crianças. Estes assumem cargos distintos, mas que não se diferenciam em prática. É importante destacar a participação da Secretaria de Educação do município, esta que recorri inicialmente, informando que estaria realizando a pesquisa nas escolas, qual o tema e a forma de coleta de dados. Assim, ela se coloca como uma das interessadas nos resultados da pesquisa e, também, através do fornecimento de dados significativos para a análise do contexto. Considero-me parte dos envolvidos, de modo que, coloco-me como mediadora do estudo e das ações desenvolvidas. Assim, os interessados são contemplados abrangendo os principais protagonistas do cotidiano da escola, estes que estão diretamente ligados aos compromissos educacionais com as crianças.

Esta escrita é o resultado de estudos, discussões, reflexões embasados teoricamente, a respeito de aspectos de envolvidos no decorrer da Especialização em Docência na Educação Infantil, realizado pela Universidade Federal de Santa Maria em parceria com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Todas as reflexões desenvolvidas ao longo do curso possibilitaram

avanços em práticas cotidianas, como profissional que trabalha diretamente com as crianças. A partir das perspectivas levantadas no decorrer da especialização, constantes questionamentos a respeito da formação dos profissionais desta etapa de ensino, desacomodaram inquietações.

Dessa maneira, surge o seguinte problema de pesquisa: qual a importância dos cursos de formação em contexto para os educadores infantis em relação a sua prática? Há possibilidade de acesso a cursos, encontros e especializações aos educadores desta etapa da Educação Básica?

O objetivo geral desta pesquisa é destacar a importância da formação em contexto para o cotidiano educacional e possibilidade de acesso disponibilizada aos educadores do município de Crissiumal-RS. Os objetivos específicos são: Refletir de que maneira a formação em contexto é significativa para os educadores, através da opinião dos educadores; Reconhecer as leis, documentos e bibliografias utilizadas como referência no trabalho com as crianças; Verificar com os profissionais quais os temas sugeridos que poderiam ser anexados à pauta dos encontros de formação em contexto; Estabelecer uma proposta de aprendizagens a partir de grupo de estudos, com temas sugeridos pelos educadores em uma das instituições.

As reflexões, sobre os objetivos desta pesquisa, ocorrem através do diálogo com autores que enfatizam a formação como um aspecto importante na busca pela tão almejada qualidade da Educação Infantil. Assim,

A tarefa desafiadora dos programas de formação pode ser, portanto, trazer à consciência dos indivíduos a sua condição de “inacabamento” ou “inconclusão”, o que os “[...] insere em um permanente movimento de busca a que se junta, necessariamente, a capacidade de intervenção no mundo.” (KISHIMOTO E OLIVEIRA-FORMOSINHO 2013, pág. 55).

De acordo com KISHIMOTO E OLIVEIRA-FORMOSINHO (2013), todo profissional é um indivíduo “inacabado” quando se refere a questão do conhecimento. Os programas de formação desafiam este profissional a se questionar sobre a sua qualificação e, principalmente, sobre os aspectos que está desenvolvendo na prática. Ou seja, a formação funciona como uma engrenagem, no sentido de sensibilizar o educador de modo que este permaneça em constante

aperfeiçoamento e realize intervenções significativas junto à Educação Infantil, atendendo as especificidades das crianças.

Alguns dos teóricos que contribuíram para a fundamentação da pesquisa são Libâneo (1998), Freire (1996), Goldschmied e Jackson (2006), Formosinho e Araújo (2013), Kramer (2011), Ostetto (2000), Ortiz e Carvalho (2012), Barbosa (2006). Estes que enfatizam conceitos e reflexões a respeito da formação continuada e Educação Infantil. Da mesma forma, fez-se uso de leis e normas, principalmente das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Parecer CNE/CEB nº 20/2009, considerando estes como documentos norteadores da prática dos educadores nas instituições.

A pesquisa, de abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação, apresenta um estudo a respeito da oferta e acesso à cursos de formação dos profissionais da Educação Infantil. A preocupação não é destacar números e quantidades, e sim, enfatizar aspectos da realidade que irão demonstrar o quanto este tema é importante. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 14). Ou seja, pretende-se destacar as motivações que tornam a formação continuada uma necessidade para educadores infantis e, assim, estudar à luz da teoria a relevância que esta proposta assumiu para o contexto.

As reflexões partem da pesquisa de campo, oferecendo a possibilidade de compreender a importância do tema para os profissionais na escola, bem como, conhecer a realidade do espaço educacional. Para a coleta de dados faz-se uso, como técnica da aplicação de um questionário com questões abertas, sendo esta uma forma de obter as respostas específicas dos educadores, na intenção de ser fiel a opinião dos mesmos. Ainda, em relação ao plano de ação, realiza-se três grupos de estudo a fim de vivenciar a proposta de formação em contexto e relacionar com os objetivos da pesquisa. O registro será através de fotografias dos encontros, compreendendo que esta é uma maneira de dar visibilidade ao trabalho. Para a

socialização dos dados serão elaborados um artigo de qualificação da pesquisa, bem como, uma defesa oral do trabalho.

O presente trabalho, que se iniciou com o memorial, reforça já na introdução a importância do tema, o contexto da pesquisa, os sujeitos, e o porquê da escolha. No primeiro capítulo destaco um pouco da história das escolas de Educação Infantil e como a legislação constituiu este processo. O segundo capítulo destaca aspectos das escolas, dos educadores, o contexto da prática com as crianças. No terceiro capítulo ocorre a análise das falas obtidas através dos questionários dos gestores e educadores, fazendo ligação com teóricos. O quarto capítulo apresenta a experiência com o grupo de estudos no contexto de uma das instituições. Encerro com minhas considerações sobre a pesquisa e a análise do processo de formação através da especialização.

3. PORQUE FALAR DE FORMAÇÃO PARA EDUCADORES INFANTIS?

Esta pesquisa científica e acadêmica vem ao encontro de uma inquietação percebida no trabalho da educadora, assim, destaco que a partir de agora estarei tratando na escrita como *educadores* as auxiliares, monitoras, atendentes e professores da Educação Infantil, e *gestores* os integrantes da equipe diretiva. Em meio a discussões a respeito da busca pela qualidade da Educação Nacional, bem como, em um momento em que se destaca a Educação infantil como o pilar para desenvolvimento das crianças, encontramos os profissionais desamparados em relação à formação. Diante da necessidade, os educadores buscam, por sua própria vontade e interesse, conhecimento principalmente em graduações, a fim de ter um subsídio consistente para suas práticas.

Entendo que assim como os professores necessitam ir ao encontro de conhecimento, tanto para aprender como para relembrar, também os demais profissionais (monitores, auxiliares e atendentes) da Educação Infantil merecem um espaço de formação. Independente da nomenclatura do seu cargo, estes educadores precisam ser valorizados.

É importante destacar que, em alguns contextos, como é o caso do descrito nesta pesquisa, não há professores em todas as turmas da Educação Infantil, apenas nos Maternais, e ainda, por apenas um período de quatro horas. As escolas atendem por um período de mais de onze horas crianças de 0 a 3 anos, em turmas de Berçário I (4 meses a 11 meses), Berçário II (crianças que completam um ano), Maternal I (crianças que completam 2 anos) e Maternal II (crianças que completam 3 anos). As crianças de 4 e 5 anos são atendidas em escolas de Ensino Fundamental. Dessa forma, as auxiliares, atendentes e monitoras, assumem as turmas de berçários durante todo o período. E nos maternais, por aproximadamente oito horas, sendo que, em alguns momentos, permanece apenas uma educadora devido a falta de profissionais, bem como ausências por doença ou outros motivos. Weschenfelder, Marchand E Weschenfelder (2016) mencionam que

A maior parte dos municípios costuma adotar a estratégia instrumental de priorizar a nomeação de auxiliares ou monitoras, que são direcionadas para assumir a regência das turmas, especialmente nos grupos de berçário e maternal. Apesar de não ser reconhecido em nível de discurso, está implícita a percepção de educação das crianças menores como uma modalidade menor de educação (WESCHENFELDER, MARCHAND, WESCHENFELDER 2016, pág. 56-57).

A referencia de Weschenfelder, Marchand E Weschenfelder(2016), de certa forma, descreve a realidade da qual estou falando, onde auxiliares e monitores, assumem as turmas em tempo integral de berçários e tempo parcial de maternais. Em escolas com quatro turmas de crianças que frequentam em turno integral, temos apenas dois professores em meio período. Por tanto, é importante que o educador, sendo o responsável pelas crianças, esteja habilitado e subsidiado, com conhecimento teórico e prático adequados para as práticas pedagógicas, sendo que este aspecto só é plausível, através da formação adequada.

A formação exigida para o cargo de Auxiliar de Educação Infantil no concurso público é de Ensino Médio completo. Compreendo que este nível de conhecimento, não seja o suficiente para exercer o cargo e as atribuições de Auxiliar, Atendente ou Monitora. Diante da complexidade do desenvolvimento infantil, bem como do trabalho pedagógico de uma escola de Educação Infantil, estes profissionais necessitam de maior aporte pedagógico para a área de atuação. Neste aspecto, a formação em contexto serve como elo na busca pela qualidade do trabalho do educador, oferecendo espaço para a discussão de temas e aspectos específicos da área, também é o espaço para a escuta desse profissional, onde ele coloca suas dúvidas, discute suas angústias e, da mesma maneira, expõe o que há de positivo no seu cotidiano. Assim, fica implícito a abordagem de formação em contexto (OLIVEIRA-FORMOSINHO & FORMOSINHO, 2001), a emancipação dos docentes está na relação entre o profissional e o contexto de que faz parte e em que atua.

Ao relatarem a experiência com o programa PROINFÂNCIA em municípios do estado do Rio Grande do sul, WESCHENFELDER, MARCHAND, WESCHENFELDER observaram que “as professoras e demais profissionais das equipes referem como positiva a possibilidade de compartilhar vivências com os pares em nível de rede e a oportunidade de conhecerem as experiências de trabalho

existentes na realidade de outras escolas ou comunidades” (2016, pág. 74). Assim podemos perceber que a proposta, nesse caso citado, em nível de rede municipal, se assemelha a ideia de grupos de estudos. Sendo que é demonstrado o interesse dos envolvidos, principalmente, pelo fato de que os temas desses encontros se tornam muito mais significativos quando quem está falando é do mesmo contexto que os ouvintes.

Um dos sentimentos que se destaca no cotidiano como educadora infantil é o de abandono. Comparo com a realidade de uma fábrica. As horas passadas, a rotina é executada minuciosamente. O ponteiro marca a hora de dormir, levantar, assistir filme, lancha, brincar... no final, todos vão para casa. É como se a criança não existisse em meio a esse contexto. O tempo do adulto não é o mesmo que o tempo da criança. O tempo do adulto e o da criança se escondem na rotina, nas tarefas, nos prazos a cumprir. De acordo com MELLO, CORREA(2016)

Quando pensamos nos tempos para as crianças pequenas, devemos lembrar que ela precisa de um tempo maior para realizar suas atividades com possibilidades de interação/exploração do ambiente, para realizar a simples tarefa de comer, lavar as mãos, juntar um brinquedo, vestir um casaco, calçar um tênis, um sapato... (MELLO, CORREA 2016, pág. 47-48).

As autoras MELLO, CORREA E CANCIAN (2016), se referem à criança como protagonista do espaço que ocupa. Lançam o olhar sensível, percebendo que a criança necessita passar por cada etapa da rotina fazendo uso do tempo que para ela é necessário. Sem conhecimento efetivo do educador sobre o desenvolvimento infantil, este aspecto pode passar despercebido. Questões como essa podem ser desenvolvidas, pensadas e revistas na formação em contexto, com o propósito de qualificar um profissional atento às possibilidades e direitos da criança, que ofereça e perceba as condições adequadas para a prática com esta faixa etária.

Neste momento se torna importante ressaltar o conceito de criança, considerando que a objetividade do trabalho do educador na Educação Infantil é garantir a qualidade do atendimento à ela. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil consideram a criança como

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona

e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. 2009, p.12.

Falar de criança se torna em algo complexo se pensar nela como um ser em constante transformação, que aprende com as vivências, que se desenvolve de acordo com o que lhe é oportunizado. Um dos facilitadores desse processo de desenvolvimento, depois da família, é claro, é o educador. Assim, todo conhecimento desse profissional reflete no que ele oportuniza à criança. Já diziam meus pais: “Cada um oferece o que têm, o que não tem se conquista”. Ou seja, enquanto educadora reconheço a criança como um ser de infinitas possibilidades, mas só posso dar a devida importância a ela se souber o quanto é significativa a prática que estou desenvolvendo. Se a formação que possui não é suficiente para acompanhar a evolução dessa faixa etária, cabe ter acesso e participar de eventos que forneçam subsídios para melhorar profissionalmente.

A caminhada acadêmica teve grande relevância para a escolha do tema, através dos componentes curriculares do curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, surge o interesse pela discussão de temas atuais associados aos conhecimentos de grandes teóricos que destacam a formação como ponto de partida para a busca de resultados satisfatórios, aliando a estudos sobre a criança e a Educação Infantil. O aspecto profissional também teve contribuição pelo fato de se estar trabalhando como Auxiliar de Educação Infantil em uma escola da rede municipal.

É no espaço da instituição, com a prática com as crianças, que se percebe a necessidade e relevância do domínio de temas diversos e contemporâneos. A mediação destes aspectos através dos cursos de formação em contexto, para os educadores, é uma possibilidade de repensar a prática pedagógica e de estar em contato com a qualificação. Para isso, é importante que haja oportunidades de discussão de eixos temáticos contemporâneos que estejam ligados a reflexão sobre a realidade e paradigmas vividos com a criança.

Ao longo do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil foi muito discutida a questão de desacomodar práticas, tendo sido mencionada a importância de relacionar o conhecimento e as vivências, de modo que as reflexões

provocassem mudanças na prática enquanto educadores infantis. WESCHENFELDER, MARCHAND, WESCHENFELDER (2016) afirmam que

fica difícil pensarmos em um processo de reflexão que esteja fora desta articulação dos elementos do cotidiano. Não se trata simplesmente de combinar as referências teóricas ou legais com as situações concretas que são vivenciadas pelas professoras. Trata-se de incorporar o exercício da práxis como um elemento chave nos processos de formação continuada, em especial da formação em contexto (WESCHENFELDER, MARCHAND, WESCHENFELDER 2016, pág. 71).

O que WESCHENFELDER, MARCHAND, WESCHENFELDER (2016) pretendem dizer, é que o processo de formação continuada requer uma constante reflexão dos aspectos vivenciados pelo educador, de modo que sejam articulados com teorias, mas que, proporcionem melhoras/modificações no trabalho com as crianças. Ou seja, que a partir do que foi desenvolvido na formação, haja significativa melhora ao atendimento das crianças. A grande maioria das nossas aprendizagens decorre da necessidade de compreensão de situações cotidianas. São os desafios que nos fazem ir em busca do conhecimento, dominar aspectos que facilitem a prática e provoquem desconfortos.

Neste sentido, é importante saber se há uma proposta de formação acessível aos profissionais da Educação Infantil do município e como estes se sentem em relação a ela. O que se pretende, com a presente pesquisa, é que se estabeleça uma proposta de formação que contemple esta categoria de educadores, de modo que ela faça parte do calendário de atividades e do orçamento da Secretaria de Educação. Ênfase também o espaço para planejamento dos profissionais da Educação Infantil. Mesmo que não executem atividades pedagógicas pré-definidas, eles necessitam de um espaço para a discussão de questões que surgem no cotidiano. Existem momentos desafiantes durante a prática com as crianças em sala, e é importante que os educadores possam conversar e trocar ideias, dessa forma, socializam seu trabalho e buscam soluções com a própria equipe, o que fortalece ainda mais a relação com os colegas, sendo um ponto positivo para o grupo.

O que se pretende afirmar com esta pesquisa é que

O desenvolvimento profissional é um processo vivencial não puramente individual, mas um processo em contexto. O desenvolvimento profissional

conota uma realidade que se preocupa com os processos (levantamento de necessidades, participação dos professores na definição da ação), os conteúdos concretos apreendidos (novos conhecimentos, novas competências), os contextos da aprendizagem (formação centrada na escola), aprendizagem de processos (metacognição), a relevância para as práticas (formação centrada nas práticas) e o impacto na aprendizagem dos alunos (OLIVEIRA-FORMOSINHO & FORMOSINHO 2001, pág. 31).

Os autores, de maneira objetiva, expressam a cotidianidade e a coletividade da formação profissional, e principalmente, falam de um processo construído no contexto com sujeitos que se preocupam com a qualidade do trabalho realizado com as crianças. O que precisamos ter ciência é que a formação ocorre concomitantemente com a prática, por isso que a formação em contexto é tão necessária para os profissionais da Educação Infantil, funcionando como espaço para a discussão dos processos educacionais, as dimensões de cuidado e aprendizagem, e também, a compreensão de como a criança perpassa elas ações desenvolvidas na escola.

Mais do que dados, pretendo descrever a realidade. Desacomodar. Expor opiniões. Propor soluções. É imprescindível qualificar profissionais para as mais diversas dimensões, capacitando-os para assumir uma postura de confiança e respeito dentro das escolas de Educação Infantil, através de espaços de estudo, como é o caso dos grupos de estudo, da Formação em contexto dentro da própria instituição. Por se tratar de um tema atual e, principalmente, do interesse de educadores e gestores, trago nesta escrita as aprendizagens acadêmicas desenvolvidas ao longo do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil que me capacitam a discutir o assunto. Apresento aspectos e opiniões de reais, de uma realidade cotidiana, com a abordagem de questões que parecem estar esquecidas, porém, acredito que estejam apenas adormecidas.

4. VÍNCULOS E EVIDÊNCIAS DO PERCURSO HISTÓRICO

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida. (DIDO NET, 2001).

As escolas de Educação Infantil, também denominadas de creches, tiveram seu início no Brasil no final do século XIX, com fins de sanar a necessidade das mães operárias, devido às demandas do capitalismo. Inicialmente de iniciativa privada, com caráter assistencialista e filantrópico. Outros aspectos também fizeram com que aflorasse a preocupação com a criança, um deles é a preocupação do governo com o futuro do país, uma vez que, se fazia entender que a infância era o reflexo almejado. Da mesma forma, PASCHOAL E MACHADO (2009) afirmam que

Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, começassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar (PASCHOAL E MACHADO 2009, pág. 82).

Pode-se observar que PASCHOAL E MACHADO (2009) enfatizam uma grande preocupação em torno da infância. Com a abolição da escravidão no Brasil, no final do século XIX, o descaso com as crianças aproxima-se do fim, sendo que, além do governo, a sociedade também se mobiliza. Com a finalidade de construir espaços de atendimento específicos, que dessem conta do cuidado das crianças, aos poucos, um novo olhar, preocupado e, de certa forma, audacioso, fazia da infância o centro das atenções.

As primeiras creches e jardins de infância foram implantados no Brasil no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, acompanhados por entidades religiosas, jurídico-policial e médico-higienista, constituindo associações assistenciais privadas. Em 1901, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAE), com o objetivo de fiscalizar as instituições de atendimento à criança, bem como

combater o trabalho das mães voluntárias que cuidavam dos filhos das trabalhadoras (KUHLMANN Jr., 1998, pág. 88).

Com a implantação da industrialização, a chegada dos imigrantes europeus no Brasil e a introdução da mão de obra feminina, os movimentos operários se organizam e reivindicam melhores condições de trabalho. Uma das reivindicações, sendo esta que nos interessa no momento, é a criação de contextos de cuidado e educação para os seus filhos (PASCHOAL E MACHADO 2009, pág. 83). Com a vida de trabalhadoras, as mulheres se tornaram incapazes de dar conta de seus filhos, sem tempo para cuidar e educar, necessitando de um espaço que atendesse as necessidades básicas das crianças, sendo a creche a alternativa. VIEIRA (1988) ressalta este aspecto, afirmando que

A creche era uma instituição que possuía a finalidade de cuidar, durante o dia, de crianças que não podiam, por motivos econômicos, receber os cuidados devidos por parte dos pais. [...] a creche, além de guardar, contribuía para edificar a saúde física e mental da criança (VIEIRA 1988, pág. 11).

De acordo com VIEIRA (1988), mesmo sendo do interesse dos donos de fábrica com a finalidade de acalmar os ânimos dos operários e garantir uma produção satisfatória das mães, não podemos deixar de afirmar que foi uma iniciativa positiva. O propósito de acalentar as mães era uma forma de proporcionar um atendimento condizente com as necessidades das crianças. A infância passa a ter um espaço específico na sociedade, talvez ainda não com estrutura e especificidades necessárias a faixa etária, mas ao menos demonstra-se preocupação com seu bem estar.

Neste aspecto, ORTIZ E CARVALHO (2012) afirmam que

A creche sempre se caracterizou como uma instituição emergencial, improvisada e um *mal necessário*. Essa concepção era traduzida por um atendimento extremamente empobrecido, de má qualidade, poucos recursos e quadros profissionais sem formação específica, composto, muitas vezes, por voluntários, além, evidentemente, de ausência de legislação específica e de normas básicas de atendimento (ORTIZ E CARVALHO, 2012, pág. 20).

O que se percebe através das palavras de ORTIZ E CARVALHO (2012) é a transcrição de um período de construção da instituição da educação infantil. Com o passar do tempo, os envolvidos nesse processo percebem a necessidade de constituir um espaço com características específicas para o acolhimento das crianças. Da mesma forma, sente-se a ausência de leis e normativas que orientem o trabalho, bem como, educadores com formação adequada. Desmistificando assim, aos poucos, a função assistencialista.

Em 1950, com a extinção da roda dos expostos no Brasil, a psicologia faz referência a aspectos do desenvolvimento infantil, principalmente no que diz respeito ao cuidado. Nos anos seguintes “as creches ganharam a dimensão preventiva de evitar “transtornos futuros”, acelerar o desenvolvimento infantil, e compensar a privação cultural, [...]. a creche mexe em seu modo de operar e busca na pedagogia suas novas referências (ORTIZ E CARVALHO 2012, pág. 21)”. Assim, inicia-se a constituição de entidades infantis preocupadas com o cuidado e educação das crianças, desenvolvendo atividades pedagógicas e trabalhos de coordenação motora. Assim, a criança passa a ser o ponto de referência para a organização do espaço e do tempo das creches.

Movimentos feministas no Brasil, influenciados por manifestações de mulheres trabalhadoras dos Estados Unidos, baseados no movimento da teoria da privação cultural, são os idealizadores de conquistas para a infância. Essa teoria, defendida em meados de 1970 no Brasil, “considerava que o atendimento à criança pequena fora do lar possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita. Era a defesa de uma educação compensatória” (PASCHOAL E MACHADO 2009, pág. 84). Dessa maneira, através da pressão de movimentos feministas é que a educação infantil se torna um compromisso público, ficando como responsabilidade da Secretária Social.

Neste aspecto, é importante destacar que mesmo com a efetivação da instituição pública de Educação Infantil, era perceptível a distinção de classes sociais, pois mantiveram-se as instituições privadas em funcionamento. Assim,

as crianças das diferentes classes sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, já que, enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam

de uma idéia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegia va a criatividade e a sociabilidade infantil (KRAMER, 1995).

Como KRAMER (1995) enfatiza, as crianças recebiam atendimento de acordo com a sua condição social, permanecendo assim uma ideia distorcida de infância. Não havia uma conexão entre as propostas de ensino das instituições públicas e privadas, ambas ofereciam às crianças atendimentos distintos, acreditavam estar enfatizando aspectos significativos ao desenvolvimento das crianças, baseando -se na condição financeira e de vida das famílias.

Até então, pouco tem-se feito a nível de legislação no Brasil. Somente na década de 1980 tivemos avanços significativos no direito da criança à educação. O ano de 1988 foi marcante, destacando -se pela aprovação da Constituição Federal, na qual, em seu em seu artigo 208, o inciso IV estabelece: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré - escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). A partir de então, a responsabilidade das creches deixa de ser da Assistência Social passando para a Educação. Decorridos dois anos, em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei 8069/90, com a finalidade de assegurar e reconhecer a criança perante seus direitos humanos.

Com a finalidade de normatizar o atendimentos nas creches, entre 1994 e 1996 o Ministério da Educação realizou diversas publicações de documentos importantes a respeito da “Política Nacional de Educação Infantil”. De acordo com PASCHOAL E MACHADO (2009)

Tais documentos estabeleceram as diretrizes pedagógicas e de recursos humanos com o objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento nesse nível de ensino: “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, que discute a organização e o funcionamento interno dessas instituições; “Por uma política de formação do profissional de educação infantil”, que reafirma a necessidade e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade para atuar nas instituições de educação infantil; “Educação infantil: bibliografia anotada” e “Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil”. Esses documentos foram importantes no sentido de garantir melhores possibilidades de organização do trabalho dos professores no interior dessas instituições. (PASCHOAL E MACHADO, 2009, pág. 86).

Pode-se afirmar, através das colocações de PASCHOAL E MACHADO (2009), que a partir de então as instituições de atendimento às crianças de 0 a 6 anos passavam a ter uma organização, de modo que, estivessem garantidos a qualidade do atendimento. Passa-se a pensar na infância, respeitar seus direitos, preocupar-se com seu desenvolvimento e, da mesma forma, com os profissionais que atuam nas creches. A organização dos espaços e tempos é pensada de maneira que o período de permanência da criança na instituição possa ser significativo e construtivo.

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), passando a Educação Infantil a ser a primeira etapa da Educação Básica, definindo como finalidade “promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Desta maneira

[...] consolida-se legalmente a educação em creches e pré-escolas como primeira etapa da Educação Básica e desencadeia-se um processo bastante complexo de debate, definição e consolidação das decorrências político-institucionais em torno do caráter pedagógico da Educação Infantil e com isso a necessária reflexão das redes de ensino e unidades educacionais em torno de questões curriculares (OLIVEIRA, 2012, pág. 30).

Com a preocupação em relação a qualidade do atendimento nas escolas, surgem programas de apoio e incentivo às instituições. Assim, as propostas pedagógicas ganham o embasamento em documentos como o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998), tornam-se consistentes e significativas, centrando o currículo escolar na criança, demonstrando preocupação com a qualidade do trabalho desenvolvido nas creches e pré-escolas.

Em 1998, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) e as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Enfatiza-se assim a qualidade do atendimento e organização da Educação Infantil, bem como, abre-se espaço para a discussão da relevância de uma formação altamente qualificada para os profissionais.

No ano de 2001, com a finalidade de garantir a qualidade dos projetos educativos das instituições, formação e valorização do professor e a destinação de

recursos financeiros específicos a esta faixa etária, bem como a efetivação do emprego destes recursos em todos os níveis de ensino, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (BRASIL 2001), Lei nº 10.172/2001, estendendo sua vigência até o ano de 2011. Um dos objetivos desse documento é reduzir as desigualdades sociais e regionais no que diz respeito à entrada e à permanência da criança e do adolescente no ensino público, princípio que se aplica à educação infantil, visto ser a desigualdade de acesso bastante significativa nas classes menos favorecidas (BARRETO, 2003).

No que se refere à valorização dos profissionais que trabalham com essa faixa etária

é importante ressaltar que, em função das novas exigências previstas na Lei, faz-se necessário uma formação inicial sólida e constante atualização em serviço. Em se tratando da criança pequena, a realidade tem apontado que ambas as formações é uma das variáveis que maior impacto causa sobre a qualidade desse tipo de atendimento (PASCHOAL E MACHADO 2009, pág. 89-90).

Dessa maneira, através das colocações de PASCHOAL E MACHADO (2009), afirma-se que o processo histórico da Educação Infantil vem ao encontro de novas exigências em relação ao profissional que atua junto às crianças. O trabalho com a criança pequena tem suas especificidades, de modo que se faz necessário que o educador tenha uma formação inicial sólida, bem como a atualização de conhecimentos relacionados a esta faixa etária. O Plano Nacional de Educação recentemente aprovado, com vigência até o ano de 2020, estabelece a formação em nível superior para os docentes, não especificando e nem mencionando “informações sobre outros profissionais não docentes, que se ocupam de grupos de crianças e executam trabalho similar aos professores, exercendo funções pedagógicas” (VIEIRA 2010, pág. 823). A valorização e a qualidade da Educação Infantil depende, em muito, da formação exigida e fornecida aos profissionais.

De acordo com a Resolução nº 05/2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, esta que é a

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009)

Assim, com a definição de Educação Infantil, podemos começar a pensar qual é o perfil do profissional que almejamos para o trabalho nas instituições. A educação e o cuidado, indissociáveis do contexto das escolas infantis, são a base para a efetivação dos direitos das crianças. Dessa forma, contar com educadores qualificados e preparados para o atendimento das crianças é importante, pois, este aspecto acentua a qualidade do ensino.

A formação continuada é um aspecto de discussão nos contextos escolares e públicos, sendo que os docentes tem esse direito garantido através da Lei nº 9394/96, que em seu artigo 62, inciso 1º, afirma “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (BRASIL, 1996). Porém, os demais profissionais percebem a necessidade de buscar maiores conhecimentos, estar constantemente se qualificando, principalmente, por conta de aspectos que vão se modificando juntamente com o desenvolvimento das crianças, como e o caso das tecnologias e estudos dessa área.

Considerando a Educação Infantil como campo de grandes discussões e descobertas nos últimos anos, pode-se afirmar a existência de diversos aspectos que nos levam a entender o quanto é importante, para os profissionais que atuam diretamente com as crianças, participarem da formação continuada, especialmente da formação em contexto. Principalmente em um contexto, em que, auxiliares, monitoras e atendentes assumem, praticamente em turno integral, as turmas das escolas, se responsabilizando pelo atendimento, ou seja, pelo cuidar e educar.

O primeiro passo para demonstrar esse interesse na formação continuada, pode estar dentro da própria instituição. O fato de reunir a equipe de trabalho e engajar os educadores em um mesmo objetivo pedagógico pode ser uma maneira de promover a formação em contexto. O que se pretende é demonstrar a opinião dos profissionais da rede da Educação Infantil, bem como dos gestores das escolas, de modo que se apresente a situação da formação no município, bem como, destacar o interesse destes educadores em ter acesso a encontros de formação. Para então, lançar uma proposta de formação em que seja possível, acessível e possa ser realizada dentro da própria instituição, em prol de objetivos que fortaleçam o trabalho desenvolvido com as crianças e valorize os profissionais.

Ressaltar a preocupação com a formação dos profissionais da Educação Infantil é também dar importância a qualidade do atendimento nas instituições, aspecto esse, tão referenciado e almejado por entidades governamentais. De acordo com OLIVEIRA-FORMOSINHO (2001)

A imagem do educador que trabalha em creche é, também, a imagem de um ser com agência, competente e participativo. Um profissional que, reconhecendo esta imagem de criança, desenvolve quotidianamente ações que a respeitem e honrem. Que, em contraste com visões redutoras que o remetem para uma posição subsidiária de agente de cuidados, honrem e respeitem a sua imagem enquanto importante agente educativo. E que, para tal, necessita e tem direito a formação pedagógica geral e específica, isto é, referida à natureza muito particular do contexto de creche (OLIVEIRA-FORMOSINHO 2001, pág. 10).

Pensar no educador de creche, na perspectiva de OLIVEIRA -FORMOSINHO (2001), é enfatizar a importância do mesmo enquanto adulto inserido no contexto da infância. Como mediador das atividades que evidenciam o cuidar e o educar, estabelece uma relação direta com as crianças, o que faz dele o ponto de referência entre a família, a criança e a escola. Este profissional ainda está em busca da valorização, não tem o reconhecimento almejado, pois, sua prática fica guardada entre o olhar da criança e o seu olhar, não está exposta em murais, e tão pouco, pode ser levada na pastinha de atividades pedagógicas. O direito a formação é um aspecto a ser conquistado. O educador percebe no seu cotidiano a necessidade de estudar e aprofundar conhecimentos diretamente ligados às particularidades da sua prática com as crianças no contexto da Educação Infantil.

O parecer CNE/CEB 20/2009 reforça a que

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I), com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada (CNE/CEB 20/2009, pág. 5).

Para que as instituições de Educação Infantil, reconhecidas como “o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar” (BRASIL, 2009) estabeleçam uma relação significativa na vida das crianças, se faz necessário contar com profissionais qualificados. Educadores cientes da responsabilidade de que estão oportunizando as primeiras experiências para futuros cidadãos, garantidos de seus

direitos através da Constituição Federal de 1998, a tornarem -se membro “de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada” (BRASIL 2009). Para isso, o acesso a formação em contexto é uma maneira de preparar este profissional, fazer com que ele tome ciência de seu compromisso com o desenvolvimento da criança, e ainda, encontre subsídios para a sua prática com seu grupo de trabalho, ou mesmo, através de estudiosos da área.

O que se pretende, através da oferta de formação em contexto aos educadores da Educação Infantil, é a garantia de um “trabalho de qualidade, sensível e compreensivo, formado por um entendimento imaginativo das experiências e dos estados emocionais das crianças pequenas” (GOLDSCHMIED e JACKSON, 2006, p 17.). Explorar a sensibilidade do profissional, de modo que este perceba que a criança tem sede de atenção, carinho, diálogo, toque , e principalmente, de que ela é o centro da atividade pedagógica . A compreensão de que a criança interage com os objetos, os adultos, o espaço e o tempo de acordo com a sua curiosidade. Ela tem necessidade de explorar o desconhecido. As crianças são sinestésicas, ou seja, todos os seus sentidos estão despertos a cada momento. Elas são chamadas por aquilo que lhes interessa, por uma curiosidade que as põe em movimento. (BARBIERI, 2012).

Proporcionar a formação em contexto é uma forma de estabelecer um compromisso dos educadores com o currículo da escola , centralizando a prática pedagógica na criança. Na Educação Infantil, o currículo é algo significativo para desmistificar a complexidade do entendimento sobre a prática com bebês. Para BARBOSA (2010), o currículo para bebês na Educação Infantil objetiva

Ampliar vivências em linguagens, para que os bebês experienciem seus saberes. Serão exatamente esses primeiros saberes, essas experiências vividas principalmente com o corpo, através das brincadeiras, na relação com os outros – adultos e crianças – que irão constituir as bases sobre as quais as crianças, mais tarde, irão sistematizar os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico (BARBOSA 2010, pág. 5).

Assim, BARBOSA (2010) ressalta que o papel do educador diante do currículo da Educação Infantil é proporcionar experiências às crianças. Favorecendo, dessa forma, a constituição das bases de conhecimento sobre as

quais as futuras sistematizações, nos diferentes níveis de ensino, irão se alicerçar. Explorar e construir um contexto que favoreça o desenvolvimento da criança de forma significativa para as aprendizagens e interações futuras.

Após um breve esboço da história, destaque de aspectos da relação educador-criança, e ainda, de mencionar questões legais, compreendo que a formação dos profissionais, talvez não tenha sido o foco desse processo de construção da identidade da Educação Infantil no Brasil. Temos que avançar nesse aspecto, expandir o direito a formação já garantida aos docentes, para os demais educadores. Qualificação profissional e qualidade de atendimento estão entrelaçados nesse processo.

5. CONHECIMENTO: ABERTURA PARA MUDANÇAS

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE 1996, p. 29).

A seguir, estarei evidenciando um pouco do contexto do qual estou falando. Trazendo colocações que demonstram a preocupação com o acesso à formação continuada para os educadores e de como a qualificação dos profissionais reflete no trabalho com as crianças, relacionando com estudos já desenvolvidos na área da formação e da Educação Infantil.

Ao longo da graduação, já realizei a defesa de aspectos relacionados a formação continuada, mas não foram o suficiente para sanar minha indignação diante da realidade que vivencio diariamente. Na Especialização em Docência na Educação Infantil tive a oportunidade de conhecer a realidade de outros municípios através do depoimento das colegas e dos professores. Foi possível perceber a grande diferença existente entre um local e o outro. Cidades vizinhas, porém com realidades educacionais distintas. Esse aspecto inquietou-me, fez com que novamente explorasse esse tema tão significativos para nós Educadores Infantis, dessa vez, evidenciando a formação em contexto.

Na nossa região podemos perceber dois aspectos diferentes no que se refere ao acesso a formação continuada aos profissionais da Educação Infantil: um município fornece tempo e espaço de formação continuada para educadores infantis e outro não. Há quem diga que é uma questão política, depende do prefeito e da Secretária de Educação. Outra justificativa é de que a arrecadação do município e o quadro funcional não são suficientes para suprir essa necessidade. Mas acredito que, o que acontece na realidade é que “Ao incorporarem a creche como segmento educacional, muitas vezes os sistemas de ensino não estiveram preparados para

atender a formação das educadoras de creche em serviço ou em formação continuada” (MELLO 2016, pág. 125). Ou seja, os municípios foram pegos de surpresa, tendo que se adequar as exigências instituídas legalmente, não dando conta de suprir com os requisitos para a garantia da qualidade das formações.

O Parecer CNE/CEB nº20/2009 destaca que

Programas de formação continuada dos professores e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade. Tais programas são um direito das professoras e professores no sentido de aprimorar sua prática e desenvolver a si e a sua identidade profissional no exercício de seu trabalho. Eles devem dar-lhes condições para refletir sobre sua prática docente cotidiana em termos pedagógicos, éticos e políticos, e tomar decisões sobre as melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades (CNE/CEB nº 20/2009).

O parecer reforça a ideia de que a formação continuada dos professores e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade (BRASIL, 2009). É um meio de ampliar o leque de conhecimento e experiências pedagógicas dos educadores. Todos nós carregamos conhecimentos adquiridos na formação inicial, ou mesmo, nas vivências. Porém, nem sempre são suficientes. Diante das constantes mudanças mundiais e descobertas científicas, há conceitos a serem revistos, práticas desatualizadas, teorias a serem abdicadas. Ponderando que o trabalho na Educação Infantil exige do profissional um conhecimento global, principalmente do desenvolvimento infantil, e que, neste aspecto, constantemente temos novos estudos e descobertas, a formação continuada é a porta para o acesso a qualificação e atualização destas questões educativas e pedagógicas.

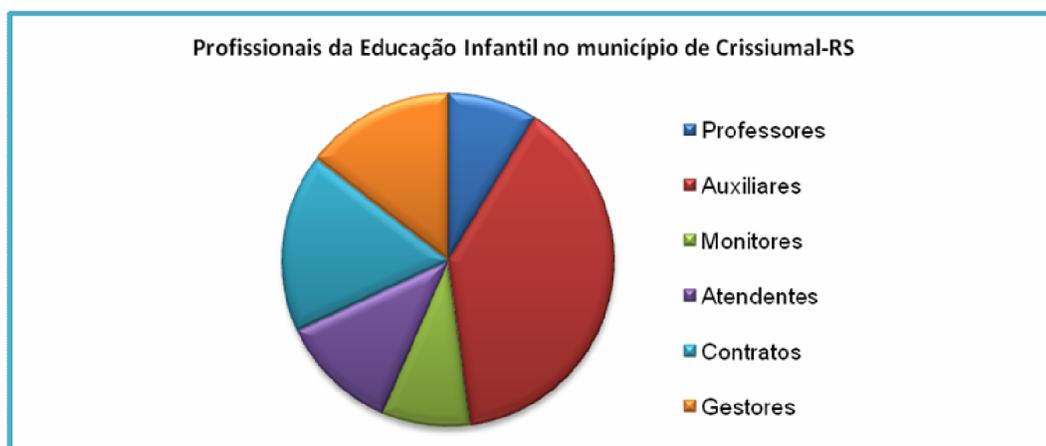
Durante as aulas da Especialização em Docência na Educação Infantil, alguns momentos me faziam refletir a prática que desenvolvo com as crianças. Os conhecimentos, muito válidos e relevantes a realidade em sala, me proporcionavam a aflição de não ter ao meu lado, naquele momento, colegas de trabalho para dividir as aprendizagens. Porém, se sabe que nem sempre há esta possibilidade. Mas, quem sabe, futuros cursos de formação em contexto, podem estar abordando temas de tamanha relevância para o cotidiano da Educação Infantil.

Conhecer o contexto da pesquisa é importante para que se tenha uma compreensão dos aspectos que alavancaram o tema, os objetivos, a justificativa e a metodologia que nortearam o processo. Assim, de forma breve, estarei descrevendo um pouco sobre o município, sobre os profissionais da Educação Infantil, a realidade da formação continuada dos educadores, lembrando que quando me refiro a este termo estou falando de auxiliares, monitores, atendentes e professores da Educação Infantil, bem como, dos gestores.

Crissiumal é um município pequeno, situado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, contando com um pouco mais de doze mil habitantes. Possui uma infraestrutura condizente com as necessidades da população. Percebe-se que aos poucos estão sendo realizadas conquistas para atender a demanda de uma melhor qualidade de vida. A economia baseia-se na agricultura, comércio e indústria. Prevalecendo a maior parte das famílias empregadas ou com renda própria.

Os investimentos na Educação Infantil do município de Crissiumal tem sido significativos nos últimos anos. Atualmente, contamos com três instituições com atendimento integral às crianças, das 6h30min até as 18h15min de segunda a sexta-feira. De acordo com dados fornecidos pela Secretária de Educação, estes que foram coletados nas escolas junto à coordenação, as três instituições juntas atendem 263 crianças de 0 a 3 anos, assim, estando perto de alcançar uma das metas do Plano Nacional de Educação (que seria de 50% da população de 0 a 3 anos matriculadas em creches).

Os sujeitos envolvidos nessas três escolas são profissionais de diferentes idades e formações. Atuam nas escolas em período integral, subdividem-se nos cargos de gestão (diretor, vice diretor, coordenador pedagógico), professor, auxiliar de educação infantil, monitor, atendente, além dos cargos de serviços gerais, responsáveis pela cozinha e lavanderia. Podemos observar no gráfico o percentual de profissionais que atuam nas salas de referência de acordo com a função:



Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CRISSIUMAL, 2016.

O gráfico nos mostra o percentual de profissionais da Educação Infantil e a sua distribuição de acordo com os cargos ocupados. Assim, podemos estabelecer uma relação da quantidade de educadores que atuam em sala de aula e o número de docentes. O gráfico nos mostra uma quantidade muito pequena de professores, considerando que, para se ter um percentual adequado as exigências das normas nacionais, teríamos que ao menos dobrar o número de professores. Se observarmos, existem mais gestores do que professores. E a quantidade de contratos emergenciais é grande quando comparado com o total de servidores efetivos. Através desse gráfico, podemos estabelecer uma ideia da qualidade do atendimento a Educação Infantil, onde não há professores suficientes, e ainda, o quadro de profissionais efetivos não está completo. O que acontece está relatado por WESCHENFELDER, MARCHAND, WSECHENFELDER (2016) quando afirmam

Em muitos casos, a proporção de profissionais no cargo de Professora de Educação Infantil no conjunto da escola chega a menos da metade do quadro decente. Em casos extremos a totalidade do quadro docente na escola era constituída por monitoras. São questões que trazem implicações significativas junto ao contexto de análise, na medida em que a Educação Infantil de qualidade encontra estreita relação com os aspectos de formação acadêmica, remuneração digna, além do apoio pedagógico e institucional (WESCHENFELDER, MARCHAND, WSECHENFELDER 2016, pág. 73).

São questões que podemos observar no gráfico acima, um número insignificante de professores em relação ao restante do grupo, isso que estamos falando em nível de município, o que torna ainda mais alarmante a situação. Talvez tivesse que se pensar em uma análise mais próxima dessa questão. Compreende -

se que talvez seja uma medida de emergência para o município financeiramente, mas temos que pensar que por trás dessa questão estão as crianças, e o que realmente nos interessa é garantir a qualidade do atendimento oferecido a elas nas instituições.

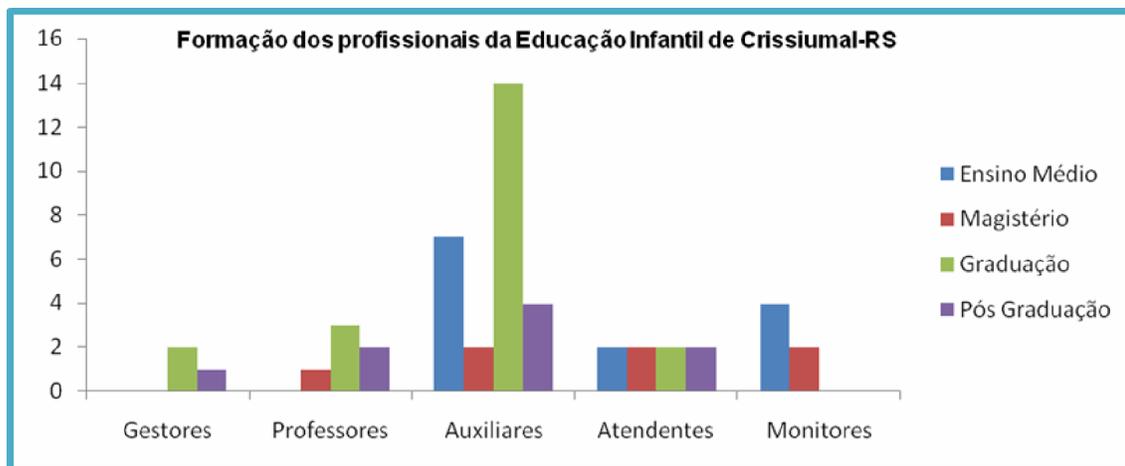
Os profissionais que estão no espaço da sala, trabalhando diretamente com as crianças, assumem a rotina com atividades como: troca de fraldas, alimentação, vestuário, limpeza e higiene de mamadeiras e berços, brincadeiras, entre outras atividades que poderiam ser mencionadas. O que se percebe é um grande esforço por parte dos educadores para que sobrem intervalos para que possam dar colo, dialogar e interagir como os alunos, em turmas com 15 a 18 crianças. O que pretendo afirmar é que “os vínculos se formam nas interações cotidianas que estão presentes em diferentes momentos do dia a dia” (ORTIZ E CARVALHO, 2012). Não é uma atividade específica que vai fazer a diferença na relação educador -criança, mas sim a constante troca de olhares, toque, palavras. Mas para isso é preciso ter tempo, fazer tudo com calma, sem atropelos, sem mecanizar a prática.

De acordo com ORTIZ e CARVALHO (2012)

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem, e pensam e agem de um jeito próprio desde que nascem. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, compreender a si mesmas, as relações contraditórias que presenciam e, por meio principalmente das brincadeiras, explicitam suas condições de vida e seus anseios e desejos. O educador de crianças pequenas necessita desenvolver a capacidade de observação e de reflexão sobre a prática, alimentadas por informações teóricas para conhecer a criança (ORTIZ E CARVALHO 2012, pág. 89).

A subjetividade da criança somente pode ser percebida através da observação e interação de quem convive com ela. Assim, os educadores, subsidiados pela teoria contemplada pela formação inicial, aliam-se a sua sensibilidade para compreender e planejar, as atividades pedagógicas e da rotina, de forma que a criança seja o centro do processo pedagógico. Neste aspecto, retoma-se a importância da formação em contexto no decorrer da carreira profissional dos educadores, como forma de relembrar conhecimentos, bem como atualizar questões práticas e teóricas.

Atualmente, de acordo com dados repassados pela Secretária de Educação, a formação dos educadores representada por gráfico é:



Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CRISSIUMAL, 2016 .

O que podemos verificar através do gráfico é que os gestores são qualificados de acordo com as exigências para o cargo. Em relação aos professores, destaco que mesmo que um deles possui somente Magistério, está de acordo com a qualificação exigida. Os auxiliares, na sua grande maioria, possuem graduação em Pedagogia, alguns até pós-graduação, estando além da formação exigida para o exercício da função. A formação dos atendentes se iguala na questão de quantidade para cada nível de formação. E os monitores, que é a nomenclatura mais antiga para o cargo de educador, possuem formação em nível médio.

Para realizar esta pesquisa, não abri mão de ir até a Secretaria de Educação conversar com os responsáveis pela Educação Infantil, comunicando que estaria pesquisando nas escolas e pedindo a autorização para a coleta de dados. Da mesma forma, visitei as escolas, conversei com os gestores, apresentei a proposta da pesquisa, solicitando que distribuíssem os questionários com o grupo de trabalho. Depois de duas semanas retornei nas instituições para recolher os questionários. Nem todos retornaram, porém, foi possível perceber que alguns educadores corresponderam a seriedade do assunto.

Após a leitura dos questionários, chega a hora de digitar em arquivo de texto todas as respostas e dados adquiridos através deles. Foi um processo longo. Havia a necessidade de ser fiel as palavras dos educadores, e principalmente, preservar a identidade dos mesmos. Concluída esta etapa, inicio a escrita da monografia, realizando a análise das respostas, e, a correspondência com autores que discutem sobre o assunto.

No próximo capítulo, estarei enfatizando os aspectos investigados através dos questionários, abordando temas que refletem da prática dos gestores e educadores. É importante ressaltar que preservo a identidade dos sujeitos da pesquisa, e na transcrição das respostas, respeito a seriedade da opinião dos mesmos.

6. COM A PALAVRA: OS GESTORES E EDUCADORES

Na busca por respostas e por opiniões, considerei importante ir ao encontro dos mais interessados pelo assunto. Nas escolas, através de questionário aberto, oportunizei os educadores, docentes e gestores expor em seu ponto de vista sobre a formação continuada e sua real situação no município. A partir deste momento estarei trazendo algumas respostas obtidas e dialogando com a teoria através delas sobre aspectos relevantes que desenham a importância e a possibilidade de acesso a formação dos profissionais da Educação Infantil.

Inicialmente, gostaria de destacar alguns dados percebidos após o recolhimento dos questionários, através da análise dos mesmos, lembrando que a ideia inicial da pesquisa era coletar dados com três gestores e doze educadores. Assim, apenas dois questionários dos gestores retornaram. Dos educadores retornaram todos os questionários, porém, cinco não se identificaram, sete identificaram-se com o nome completo, três não mencionaram a sua formação, sendo que, das demais, sete são formadas em Pedagogia e uma em Psicologia.

É pertinente destacar que a transcrição foi realizada respeitando a originalidade das respostas, de acordo com a interpretação dos sujeitos, bem como ao sua formação. E, da mesma forma, foi assegurada a discrição da pesquisa, fazendo uso de nomes fictícios para a identificação dos pesquisados. Assim, identificam-se como gestoras Carla e Joana. Os educadores estão identificados como Claudia, Débora, Cleusa, Laura, Tatiana, Liane, Bianca, Roberta, Aline, Julia, Ana e Maria.

A pergunta inicial do questionário dos gestores faz referência a “Como acontece a sua formação? Existe a possibilidade de acesso a eventos de formação? Qual a frequência?”. Carla e Joana, gestoras de duas instituições, mencionaram participar de encontros semestrais, e ainda, mensais, organizados pela Secretaria de Educação Municipal. Realmente, para diretor, vice-diretor e pedagogo das

instituições de Educação Infantil, ocorrem mensalmente reuniões, em que são tratados assuntos de interesse, em nível de município, e estudos de aspectos desta etapa de ensino.

Da mesma forma que para as gestoras a pergunta inicial se refere a “Como ocorre a formação do grupo de trabalho da escola? Em que momento a formação acontece, ou é oferecida?”. As palavras da educadora Maria resumem as demais respostas:

Na realidade, não há um cronograma/planejamento que oriente a formação continuada para os profissionais da Educação Infantil (exceto professores que tem certas atividades programadas). Não há momentos específicos e especiais que discutam, planejem ou orientem uma formação continuada (FALA MARIA).

A educadora Maria destaca que não há, por parte da Secretaria de Educação, um planejamento que contemple a formação continuada para os educadores da Educação Infantil. Assim como nos demais níveis, os docentes tem seu direito de acesso garantido a eventos de formação. Da mesma forma, destaca que não há espaço para momentos de estudos que serviriam de formação para a equipe de trabalho.

Pequenos detalhes do cotidiano reforçam a necessidade dos educadores estarem em constante processo de formação. O trabalho pedagógico mais ainda, principalmente para o educador que assume a centralidade da criança no processo. A qualidade do ensino é reflexo do comprometimento e da qualificação dos educadores, principalmente em contextos em que a Educação Infantil não é prioridade.

A relevância da formação depende de cada sujeito e do seu contexto. Questionar-se da necessidade de qualificação e proporcionar acesso aos profissionais da Educação Infantil é uma das tarefas dos gestores, enquanto representantes das entidades escolares. Dessa forma, a questão 2, através da pergunta “Você considera importante a formação dos Educadores infantis? Justifique.” expõe a seguinte opinião dos gestores:

A formação continuada para Educadoras Infantis é de fundamental importância. É necessário que as Educadoras estejam amparadas com mais conhecimentos para desenvolver um bom trabalho, com crianças dessa faixa etária que é a base da formação humana (FALA JOANA).

Considero a Formação Continuada muito importante, pois nesses encontros temos a oportunidade de conhecer técnicas novas, socializar ideias e até relembrar antigas que acabamos por deixar de lado. Em nosso município a partir desse ano foi ofertado também um encontro de formação para as auxiliares de Educação Infantil que foi bem importante (FALA CARLA).

Ambas acreditam na formação dos Educadores Infantis como um espaço de aperfeiçoamento, onde, estes profissionais ampliam, socializam e constroem conhecimentos. O encontro de formação, citado por Carla, se trata de uma participação no encontro de formação dos docentes do município, não sendo específico para profissionais da Educação Infantil.

Através das colocações das gestoras podemos afirmar que a formação dos educadores pode ser entendida como “qualificação profissional, através de uma prática reflexiva, crítica e criativa, capaz de (re)produzir conhecimento e intervir na realidade (SANTOS, LIZOT, KARLINSKI, SANDRI 2016, pág. 191). Favorecendo o desenvolvimento da escola, enquanto instituição que busca a qualidade no atendimento, bem como, proporcionando que a criança seja o eixo central das reflexões e das atividades pedagógicas.

Para tanto, considere importante fazer a mesma pergunta para os educadores. Todas as respostas mereceriam ser destacadas neste momento. Mas destaco as palavras de apenas três educadores, estes que enfatizam que:

Sim, pois os profissionais tem necessidade de adquirir novos conhecimentos para saber trabalhar melhor com os alunos e colegas. A cada dia aumentam as exigências e responsabilidades, em contrapartida precisa haver um suporte para tal (FALA MARIA).

Muito. São momentos de aprendizado, onde nos reunimos e discutimos ou apenas ouvimos novas lições ou talvez o que já sabemos, mas sempre vale o que tiramos de bom e proveitoso de cada formação (FALA TATIANA).

Considero de suma importância. Considerando as contínuas mudanças em relação a sociedade, culturas e tecnologia, é preciso que nos atualizemos e estejamos preparados para oferecer uma educação de qualidade. Para não deixar estes profissionais das creches sem amparo uma sugestão e direito, pelo esforço de alguns funcionários pela busca ao conhecimento, cursando e se formando, é o Plano de Carreira (FALA DÉBORA).

De forma unânime, destacou-se a positividade na importância da formação continuada para os educadores. Maria se refere a qualidade do trabalho com as crianças como consequência da formação, bem como, a necessidade do espaço para qualificação devido as exigências e responsabilidades percebidas no cotidiano. Tatiana afirma que são momentos de aprendizado, e também, uma oportunidade de relembrar conhecimentos e práticas adormecidas. Débora destaca que as mudanças contemporâneas influenciam no trabalho com as crianças, necessitando que os educadores tenham preparação adequada. Também, Débora ressalta que alguns educadores buscam aperfeiçoamento por conta própria, além do exigido pelo cargo, merecendo reconhecimento, sendo que ela sugere o Plano de Carreira como uma forma de valorizar este esforço. Dessa maneira

A aprendizagem somente será significativa se houver a elaboração de sentido e se essa atividade acontecer em um contexto histórico e cultural, pois é na vida social que os sujeitos adquirem marcos de referência para interpretar as experiências e aprender a negociar os significados de modo congruente com as demandas da cultura. A presença do outro, adultos ou pares, e a coerência de interações com conflitos, debates, construções coletivas são fontes privilegiadas de aprendizagem (BARBOSA E HORN 2008, pág. 26).

O que se pretende enfatizar é que a formação continuada oferecida aos educadores adquire muito mais sentido se contemplar a troca de conhecimentos pelos envolvidos, principalmente se fizerem parte do mesmo contexto. A aprendizagem se torna significativa no momento em que partem do espaço de vivências. As questões levantadas favorecem a construção de novas especificidades sobre cada assunto, oferecendo novas possibilidades de aprendizagem.

Considerando que a formação continuada também acontece de forma individual através da disposição e interesse por leituras e discussões, busquei compreender junto as gestoras “Qual a forma de acesso ao conhecimento sobre a Educação Infantil que está disponível ao seu grupo de trabalho? De que maneira leis e documentos da instituição, bem como bibliografias, estão disponíveis aos educadores? Com que frequência são manuseados?”. Assim, as respostas são que

Para o professor existe o período de planejamento, assessorado pela Pedagoga. A Escola oferece e tem disponível e de fácil acesso bibliografias e os documentos (PPP, projeto, regimento) para a procura de

todos. Muitas vezes, isso não acontece (a procura) devido a rotina e também o interesse de cada um (FALA JOANA).

Em nossa biblioteca temos várias bibliografias disponíveis as educadoras e estão a disposição para o momento que quiserem manuseá-las. Documentos como regimento e PPP estão na secretaria e a disposição para educadoras manuseá-los na escola. Apesar de esses documentos e bibliografias estarem a disposição são pouco procurados pelas educadoras(FALA CARLA).

Destaco que, na fala de Joana, esta se refere ao acompanhamento pedagógico do planejamento dos docentes, não mencionando os educadores. Já Carla, menciona a disposição de materiais e bibliografias aos educadores. É importante ressaltar a ênfase na fala das gestoras de que, apesar de estar disponível, não há a procura por parte dos educadores, sendo que uma das justificativas se trata do atarefamento imposto pela rotina.

Quando falamos de documentos da escola, logo pensa -se no Projeto Político-Pedagógico, que é o norteador do trabalho na instituição. Referindo-se a este documento, CANCIAN (2016) afirma que “É preciso ter clareza que um projeto político-pedagógico de uma instituição é importante porque passa pela construção de um novo sujeito, ou seja, passa sempre por uma tensão constante entre este projeto de ser humano (sujeito) e o projeto de sociedade” (pág. 36). Como a proposta de construção dos documentos da escola é coletiva, neles estão desmistificados os conceitos e os objetivos do grupo de educadores. Compreender e refletir sobre, é algo que perpassa pelo compromisso assumido com a criança no percurso da prática pedagógica.

O parecer CNE/CEB nº20 de 2009 conceitua o projeto pedagógico como

A proposta pedagógica, ou projeto pedagógico, é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para o desenvolvimento dos meninos e meninas que nela são educados e cuidados, as aprendizagens que se quer promovidas. Na sua execução, a instituição de Educação Infantil organiza seu currículo, que pode ser entendido como as práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais, e que afetam a construção das identidades das crianças. Por expressar o projeto pedagógico da instituição em que se desenvolve, englobando as experiências vivenciadas pela criança, o currículo se constitui um instrumento político, cultural e científico coletivamente formulado (CNE/CEB nº20/2009, pág. 6).

Assim, através do conceito trazido a partir do Parecer CNE/CEB nº 20/2009, podemos compreender um pouco das especificidades do projeto pedagógico na instituição de Educação Infantil. É o documento que representa a objetividade da escola em relação ao processo de ensino e cuidado. Como documento coletivamente construído, provoca todos os envolvidos para o compromisso com a qualidade do atendimento às crianças, de forma que, ele se torna a identidade da escola.

Na escola em que trabalho, já visitei várias vezes a sala de materiais pedagógicos, nem sempre com o intuito de buscar leituras, mas já observei que realmente existem bibliografias e documentos importantes e de grande valia para o trabalho em sala, muitos deles praticamente intactos. Fiz uso de algumas obras e documentos nos trabalhos da graduação, bem como, da especialização. E afirmo, que nestes seis anos como educadora infantil, não escutei minhas colegas mencionarem algo sobre estas leituras. Elas estão adormecidas nas prateleiras.

Sabe-se que na atualidade temos diversas formas de acesso ao conhecimento. Depende do interesse e do esforço de cada profissional ir à busca ou exigir seus direitos de participação. Assim, com a intenção de compreender o ponto de vista dos educadores, faço o mesmo questionamento: “Qual a forma de acesso ao conhecimento sobre a Educação Infantil que lhe é acessível? Quais as leis e documentos legais que você conhece e o que compreende sobre?”. Assim, as educadoras ressaltam que:

Livros da escola, textos, vídeos. A leis e documentos a qual conheço e tenho um entendimento sobre é LDB, Lei de Diretrizes e Bases, Diretrizes da Educação Básica. A LDB é a lei brasileira que organiza o sistema educacional. Já as DCNs são as normas que orientam a educação (FALA CLEUSA).

Há certo conhecimento proveniente da minha formação em Psicologia, também da biblioteca da escola e do acesso a internet, bem como através de trocas com colegas de trabalho. Tenho certo conhecimento do ECA que versa sobre direitos da criança e do adolescente. O Regimento Escolar/Estatuto Escolar eu pouco tive conhecimento (FALA MARIA).

Tenho acesso a conhecimentos sobre Educação Infantil através de livros, revistas e internet. Tenho conhecimento de leis e documentos, entre eles a lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Plano Nacional da Educação (PNE), Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição em que atuo entre outros (FALA ROBERTA).

O que se percebe através das respostas, é a constante de que os conhecimentos a respeito da Educação Infantil, são adquiridos fora do contexto de formação continuada, baseando-se em leituras e pesquisas de diferentes fontes, sendo que a internet é uma delas. Entre as leis e documentos citados como de conhecimento comum entre as educadoras esta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os documentos da instituição, como o Projeto Político Pedagógico, são citados, mesmo com opiniões divergentes, considero importante destacar que eles são lembrados como base para o trabalho com crianças. O que se percebe é que

As realidades são muito distintas neste sentido, havendo situações onde o documento existe, mas mostra-se estranho ao coletivo de trabalho, sugerindo sua concepção em outro contexto e parecendo cumprir uma demanda meramente formal e documental (WESCHENFELDER, MARCHAND, WSECHENFELDER 2016, pág. 79-80)

O que se pretende afirmar através da colocação dos autores é que, em algumas instituições, a proposta pedagógica não é uma construção coletiva. Dessa maneira, encontra-se deslocada da realidade do contexto, e principalmente, da prática dos educadores. O documento existe, mas não é manuseado, e sua objetividade não é compreendida. Assim, precisamos pensar em maneiras de fazer com que ele passe a ser referência à prática em sala, de modo que existe a necessidade de tornar o cuidar e o educar significativos às crianças, valorizando -as como protagonistas das atividades diárias.

Encerrando o questionário lanço a pergunta que visa saber se “Existe interesse, enquanto gestora, de proporcionar grupos de estudos sobre temas cotidianos aos seus educadores? Quais sugestões de temas que você teria para esses grupos de estudos? Em que momentos os encontros poderiam ser realizados?”. As gestoras destacam que:

Existe interesse. O que nos leva muitas vezes a evitar esses encontros, são as compensações de horas e a falta de profissionais para suprir essas horas. Se acontece os grupos de estudos fora de hora, esse tempo é marcado como banco de horas, e depois em outro momento, se faz a compensação, e isso é um desafio bem grande. A sugestão de temas seria conforme as necessidades do grupo. Priorizamos temas como a Afetividade, o Brincar, Inclusão de temas relacionados ao cotidiano. Os encontros são realizados (quando acontece), no final do dia, depois do turno de trabalho. Tentamos realizar ao meio dia e foi uma experiência que não deu certo(FALA JOANA).

Com certeza, grupos de estudos sempre serão interessantes até na troca de ideias de uma escola para a outra, de uma sala para outra, sempre se aprende algo. O tempo para esses estudos que é o complicado, sabemos que o quadro de profissionais é limitado e que para que esses grupos funcionem teria que ser fora do horário de trabalho, ai sabe-se quem tem interesse em aprender algo a mais ou não. Por outro lado entendo quem não queira participar, pois ao contrário dos professores, as auxiliares não tem incentivo financeiro algum por buscar conhecimentos e melhor qualidade no atendimento as crianças. Como tema sugiro oficinas onde sejam oferecidas técnicas novas, ideias de como trabalhar com essas crianças dos dias atuais. Poderia ser também palestras motivacionais, passeios para descontrair e sair da rotina (FALA CARLA).

Fazendo a análise das respostas, percebe-se que ambas as gestoras mencionam como uma das dificuldades para a realização dos grupos de estudo o fato de não haver um momento específico para realizá-los, necessitando fazer fora do horário de expediente. Dessa forma, geram-se as compensações de horas, desfalcando o grupo de trabalho, ou ainda, um esforço do educador que, demonstrando sua vontade de ir a busca ao conhecimento, participa voluntariamente.

Percebe-se que os temas e sugestões são amplos, não especificados, mas reforça-se a necessidade de serem temas específicos para o trabalho na Educação Infantil, relacionados com o cotidiano e a prática em sala de aula. É perceptível a falta de compreensão do pedagógico, da especificidade do trabalho com as crianças e com a infância. Na fala de Carla, percebe-se a menção de “técnicas” e “oficinas” o que ressalta a racionalidade técnica, instrumental da compreensão do fazer pedagógico na Educação Infantil, como se as práticas se baseassem na aplicabilidade, ou seja, “um sistema tecnocrático, de formatação bancária, predominantemente teorista e desvalorizador dos saberes experienciais dos professores”(ARAÚJO E OLIVEIRA-FORMOSINHO 2016, pág. 352-353). Ainda, a ideia de “passeios para sair da rotina”, traz uma visão de pouco caso com a proposta de formação continuada. Fica o questionamento de como a gestão está percebendo o trabalho do educador, e se trata este assunto com seriedade e acuidade, da mesma forma que ele representa e reflete para a escola, famílias, sociedade, e principalmente, para as crianças.

Torna-se importante ressaltar que as duas gestoras deixam bem claro que consideram importante a formação continuada para os seus grupos de trabalho. Os grupos de estudos são apenas uma sugestão para que esta formação seja iniciada

dentro da instituição. Abrindo, assim, um espaço para a discussão de assuntos direcionados ao trabalho pedagógico e de interesse dos educadores. Da mesma forma que se torna momento de integração e socialização de ideias, é a oportunidade de direcionar e motivar a equipe de trabalho para os objetivos pretendidos, tanto de melhora das condições de trabalho em sala de aula, como de envolvimento e comprometimento com questões diretamente ligadas a Educação Infantil.

De maneira mais expressiva, defendo a realização de grupos de estudos nas escolas, sendo esta uma proposta de baixo custo e acessível em termos de tempo e espaço para formação. Assim, a última questão direcionada aos educadores faz referência a saber se “Existe interesse em grupos de estudos sobre temas cotidianos? Quais sugestões de temas que você teria para esses grupos de estudos? Em que momentos os encontros poderiam ser realizados?”. Visando a análise mais profunda desse aspecto, destaco a respostas de três educadoras:

Sim existe, acredito que podemos trabalhar com o grupo questões da própria Educação Infantil, liderança, formar um grupo de conversa todo mês em mesa redonda, para destacar pontos positivos e negativos do mês que ao longo do tempo pode ser formado a cada 2 meses. Os encontros poderiam ser realizados no período do final da jornada da tarde e no final da jornada da manhã, de 30 a 40 minutos (FALA CLEUSA).

É interessante discutir sobre temas cotidianos em grupo pelos conhecimentos/intercâmbios que isto poderia produzir. Poderíamos discutir sobre os novos modelos familiares e como isto interfere na criança, bem como o papel da família e da escola (o que cabe a cada um); sobre comportamento infantil, sobre patologias e dificuldades educacionais e como identificar... Assim como as demais profissionais tem direito a formação atrelada ao trabalho que exerce, os encontros poderiam ser realizados no ambiente de trabalho ou em outro local, dentro do horário de trabalho para que possibilite a participação de todos e já que a formação continuada é parte do trabalho que se realiza, e vem para melhorar as atividades desenvolvidas (a aprendizagem não se dissocia do trabalho, deve fazer parte dele). Poderiam ser organizados encontros mensais, nos quais todos os profissionais da educação infantil pudessem participar, com temas relevantes e profissionais capacitados para ministrar os encontros/discussões (FALA MARIA).

Com certeza todas as creches deveriam ter formação continuada e não somente um responsável da equipe diretiva. Como mencionado anteriormente, devido ao vasto número de crianças e profissionais que trabalham nesta área é preciso que avaliamos nossa forma de educar e cuidar. Devemos estar preparadas para desafios cotidianos. Oferecer conhecimento de qualidade de forma crítica e prazerosa. A preparação para este trabalho com as crianças exige conhecimentos e amparo, além de reconhecimento, pois é na pré-escola que começamos o desenvolvimento

das crianças e seu preparo para ingressar nas séries iniciais, e também, em seu comportamento e ações interpessoais, cognitivas (FALA DÉBORA).

De maneira simples e clara, as educadoras Cleusa, Maria e Débora, colocam a sua opinião sobre a ideia dos grupos de estudos, sendo uma forma de formação continuada no contexto escolar. É visível o interesse nestes encontros, ambas compreendem que seria um espaço para conversa, troca de ideias, socialização. Como sugestão para a realização Cleusa sugere encontros de 30 a 40 minutos após a jornada das educadoras. Já Maria e Débora, acreditam que poderiam ser realizados durante o horário de trabalho, assim como ocorre para os docentes, possibilitando a participação de todas as educadoras. A periodicidade sugerida são encontros mensais.

Após a análise das respostas dos educadores e dos gestores, destaco o relato de WESCHENFELDER, MARCHAND, WSECHENFELDER (2016)

Nestes encontros de formação em contexto, que eram negociados e agendados previamente com a direção, as escolas suspendiam o atendimento às crianças para realizar uma série de atividades formativas com o conjunto da equipe, desde a direção e a coordenação pedagógica, as auxiliares e monitoras, até as estagiárias e os profissionais de apoio[...] (WESCHENFELDER, MARCHAND, WSECHENFELDER 2016, pág. 77 -78)

Esta realidade descrita pelos autores é a almejada por gestores e educadores da Educação Infantil do nosso município. Ou seja, o reconhecimento da formação continuada, incluída na jornada de trabalho, planejada, com acesso a todos os profissionais da instituição. Com a compreensão de que este processo formativo se faz necessário para a garantia da qualidade de atendimento a esta faixa etária.

Os temas sugeridos são condizentes com as dificuldades apontadas na questão anterior, se referem principalmente a estudos sobre comportamento das crianças, aspectos da prática, temas contemporâneos sobre as mudanças de paradigmas em relação a sociedade. A educadora Débora destaca muito bem que existem desafios durante a prática e que a preparação dos profissionais é essencial para o desdobramento das dificuldades. O amparo para muitas situações se trata de domínio de conhecimento, tanto da legislação e teóricos, como das próprias vivências compartilhadas nos grupos de estudos. LIBÃNEO (2004) afirma que

A formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho (...). Ela se faz por meio do estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores. É da responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria profissão (LIBÂNEO 2004, pág. 229).

Através de LIBÂNEO (2004) é trazida a questão da formação continuada como parte da jornada de trabalho. Na perspectiva de um encontro de profissionais dotados de experiências e saberes diversos, capazes de trazer contribuições ao grupo através do relato de suas práticas. Mas também, de um profissional comprometido que participa visando a qualificação do seu trabalho com as crianças, de modo que possa contribuir significativamente com o desenvolvimento e o bem estar dos pequenos. Fazendo referência aos docentes, assim como a grande maioria das bibliografias, LIBÂNEO (2004) caracteriza a formação continuada como parte da jornada de trabalho. Estabelecendo um diálogo entre teoria e prática, procurando desacomodações. Ainda, menciona a responsabilidade individual do educador em relação ao planejamento da sua formação.

O planejamento é outro aspecto que merece destaque, principalmente em um contexto em que temos Educação Infantil oferecida em período integral, porém, os docentes atuando apenas em meio período. Então, explora-se através do questionamento “Existe planejamento para todos os profissionais da escola? Como ocorre o planejamento e em que momento?” a opinião dos educadores. Maria esclarece que

Não há planejamento para todos os profissionais. Os professores tem o tempo e espaço de planejamento e são eles que acabam decidindo e programando o cotidiano da sala (quais atividades dirigidas serão realizadas). Dentro da rotina das turmas há espaço para estas atividades (FALA MARIA).

Considerando as colocações de Maria, observa-se que apenas há planejamento para os docentes, este que é garantido por lei. Dessa forma, quem decide a organização das atividades pedagógicas são os professores. Assim, pode-se reforçar a necessidade da formação, como uma forma de orientação para os educadores, estes que assumem as crianças em período integral. Destaco que, de acordo com os documentos que normatizam os cargos públicos ocupados pelos educadores, não há nenhuma colocação que especifique a atribuição de realizar

atividades pedagógicas. Sendo assim, o desenvolvimento destas atividades acontece de forma espontânea, através da sensibilidade das educadoras em perceber o interesse e necessidades das crianças no momento. “O pedagógico também envolve o que se passa nas trocas afetivas, em todos os momentos do cotidiano com as crianças; perpassa todas as ações: limpar, lavar, trocar, alimentar, dormir” (OSTETTO, 2000, p. 192), Ou seja, existe uma constante construção de intencionalidades durante as atividades práticas na Educação Infantil, o que exige planejamento das educadoras.

Enfatiza-se, a partir deste aspecto, que o acesso à formação em contexto e a distinção de um momento de planejamento, servem como base para as educadoras no desenvolvimento das atividades pedagógicas, sendo um espaço de construção e socialização de conhecimentos. O parecer CNE/CEB nº 20/2009 afirma que

Um bom planejamento das atividades educativas favorece a formação de competências para a criança aprender a cuidar de si. No entanto, na perspectiva que integra o cuidado, educar não é apenas isto. Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis (CNE/CEB nº 20/2009, pág. 10).

O planejamento constitui uma parte essencial da prática pedagógica, na qual, existe a possibilidade e o tempo para o planejamento das atividades por parte dos educadores. Assim, pretende desenvolver a autonomia da criança, de modo que ela seja a protagonista do processo, garantindo a construção de significações das práticas, em relação ao acolhimento dos princípios básicos infantis de uma instituição de Educação Infantil. Planejar e pensar sobre o que se pretende desenvolver com/para as crianças é uma maneira de organizar os espaços e tempos da escola, fazendo com que os objetivos em relação à elas sejam contemplados.

O engajamento dos educadores através da formação continuada, aliado ao planejamento, constitui uma forma de direcionar o grupo de trabalho para os mesmos objetivos, sendo que a prioridade é a qualidade do atendimento às crianças. De maneira que formação e planejamento possam “permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências dessas mudanças” (SANTOS, LIZOT, KARLINSKI E SANDRI, 2016, pág. 191)

As atividades desenvolvidas com as crianças, de modo geral, são organizadas a partir da rotina para cada faixa etária, de acordo com os objetivos propostos. No decorrer das atividades, podemos dizer que existem momentos pedagógicos, nos quais a interação dos educadores com as crianças, mesmo que informalmente, possibilitam aprendizagens.

A organização dentro dos tempos da rotina baseia-se na sensibilidade do educador, funcionando como estratégia para o enriquecimento do fazer pedagógico com as crianças. Dessa forma, torna-se importante saber “Como é organizada a rotina do trabalho com as crianças? Quem participa dela? Quais as dificuldades percebidas no cotidiano com as crianças?”. Maria descreve a realidade da maioria das educadoras

A rotina já está dada em cada turma no início do ano e as profissionais se inserem/adaptam a ela (mas podem haver pequenas alterações caso a direção as permitam). As maiores dificuldades percebidas são a falta de atenção/interesse, o desrespeito às educadoras, a agressividade entre colegas (crianças), a falta de apoio dos pais quando expostas as dificuldades/problemas dos filhos. Também traz dificuldade o despreparo para agir em certas situações, não ter suporte para tal (FALA MARIA).

A organização da rotina nas escolas normalmente segue a descrição da Maria. No início do ano letivo são estabelecidos os horários e atividades (em alguns casos, segue-se a rotina dos anos anteriores), bem como, a divisão das educadoras nas respectivas turmas. Somente em casos específicos ocorre a alteração de rotina, por motivos de organização da instituição, ou mesmo, necessidades das crianças. Essa organização tem o acompanhamento da equipe pedagógica e diretiva, porém, não conta com a participação dos educadores e demais profissionais. ZAMBONI, SPIES E BEDIN (2016, pág. 163) mencionam que “para organizar o tempo e o espaço na creche e na pré-escola precisamos inicialmente refletir sobre como pensamos as crianças e os processos educativos”. Assim, é importante analisarmos se a maneira como nos organizamos com os tempos e espaços da escola está de acordo com o que objetivamos no percurso da prática em relação às crianças, ou se estamos apenas reproduzindo práticas pré-estabelecidas pelo tempo dos adultos.

A educadora Maria enfatiza que as maiores dificuldades em sala de aula, são questões de comportamento dos alunos, estes que desafiam os profissionais e também os colegas. Percebe-se que a agressividade continua sendo destaque, o

que assusta pelo fato de estarmos nos referindo a Educação Infantil, onde questões de relacionamento e comportamento constituem -se. Ainda, a educadora afirma que a ausência do apoio da família nesse aspecto também dificulta o trabalho. Finalizando a sua colocação, Maria enfatiza que a falta de preparo para lidar com as situações conflitantes do cotidiano é algo que inquieta. Consagro que todos os aspectos destacados podem ser tema de estudo de encontros de formação continuada, servindo como base para a prática destas educadoras que se sentem impotentes em alguns momentos da prática.

O questionário possibilitou verificar um pouco da realidade vivida pelos educadores, bem como, a opinião dos mesmos sobre aspectos da prática e formação. Buscar essa dinâmica de interlocução é uma forma de conhecer as necessidades do grupo de trabalho e, de certa forma, motivar/valorizar estes profissionais que fazem a diferença no cotidiano com as crianças. Afinal, “programas de formação continuada dos professores e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade” (CNE/CEB nº 20/2009, pág. 13).

Apesar de algumas perguntas terem retornado sem respostas, ou ainda, com poucas palavras definindo a opinião do educador, as demais complementaram este impasse, possibilitando dessa forma estabelecer paralelos que demonstraram fielmente o pensamento dos educadores a cerca dos temas lançados. Penso que a seriedade de pesquisas como esta em alguns momentos não é compreendida, o que faz com que os envolvidos não expressem de maneira significativa o que é requerido. Em seguida, estarei falando um pouco da experiência com o grupo de estudos, as percepções e a participação dos educadores.

7. A PROPOSTA DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO NA PRÁTICA

Mais do que lançar propostas, é importante colocá-las em prática, para que dessa forma seja possível avaliar a sua relevância. Nesta pesquisa não foi diferente. Inicialmente falamos da história das escolas de Educação Infantil, das perspectivas da formação continuada, analisamos a opinião dos educadores, e agora, para reforçar a importância do constante incentivo à formação dos profissionais, vamos saber como foi a experiência do grupo de estudos, funcionando como uma opção de formação em contexto. CANCIAN (2016, pág. 33) menciona que “A formação precisa ser no contexto, ela não é externa, se dá no exercício da profissão. Ao falarmos em formação no exercício da profissão, não estamos negando a formação acadêmica, pelo contrário, o aprendido é ponto de partida para novas aprendizagens”. Assim, a proposta não desvaloriza os conhecimentos que cada profissional possui, pelo contrário, reconhece que estes trazem contribuições para o estudo em equipe.

O espaço para o aperfeiçoamento com a própria equipe de educadores, traz contribuições na qualidade do trabalho com as crianças, colaborando para aprendizagens significativas à prática, construindo um profissional seguro de seus propósitos, subjetivo, e ao mesmo tempo, preparado para a demanda da instituição. De acordo com BARBOSA E HORN (2008)

A aprendizagem somente será significativa se houver a elaboração de um sentido e se esta atividade acontecer em um contexto histórico e cultural, pois é na vida social que os sujeitos adquirem marcos de referência para interpretar as experiências e aprender a negociar os significados de modo congruente com as demandas da cultura. A presença do outro, adultos ou pares e a coerência de interações com conflitos, debates, construções coletivas são fontes privilegiadas de aprendizagem (BARBOSA E HORN 2008, pág. 26).

Mesmo referindo-se às crianças, BARBOSA E HORN (2008) trazem contribuições para a reflexão. As nossas aprendizagens, enquanto adultos e educadores, também se tornam significativas se relacionadas aos que estamos vivenciando. O fato de elas acontecerem no mesmo espaço da nossa prática,

proporciona a facilidade de fazer interlocuções entre o que se fala e o que se faz. A troca de experiências e a discussão que se constrói positivamente com os demais educadores funciona como base para a validação dos conhecimentos. Ou seja, processo de formação que “é desenvolvido /exercido num contexto *a varias vozes*” (Formosinho e Machado, 2000).

Alarcão enfatiza que

A mudança que a escola precisa é uma mudança paradigmática. Porém, para mudá-la, é preciso mudar o pensamento sobre ela. É preciso refletir sobre a vida que lá se vive, em uma atitude de diálogo com os problemas e as frustrações, os sucessos e os fracassos, mas também em diálogo com os problemas e as frustrações, os sucessos e os fracassos, mas também em diálogo com o pensamento, o pensamento próprio e dos outros (ALARCÃO 2003, pág. 15)

A autora nos faz refletir em relação as mudanças que se deseja em um contexto educativo. A subjetividade do educador é um aspecto a ser considerado, porém, o que se pretende dizer é que muitas das perspectivas já constituídas ao longo do tempo, ou mesmo construídas a partir da formação, necessitam de mudanças. A dinamicidade no trabalho e nas relações construídas a partir dele, através da postura de diálogo, são questões a ser levadas em conta, quando o objetivo é orientar a equipe em prol dos propósitos em comum.

O plano de ação desta pesquisa acadêmica ocorreu concomitantemente com a elaboração da monografia. Após a leitura e análise dos questionários percebeu -se que era necessário dar um retorno prático aos educadores. Assim, pensando sobre a relevância da formação destes profissionais, havia a certeza de que em nível de município não teríamos recursos destinados a este aspecto, e como pesquisadora, precisaria trazer uma proposta simples, significativa e barata para o contexto.

Baseada nas leituras durante o curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, principalmente a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), Parecer nº20/2009, bem como, nos estudos de Oliveira-Formosinho (1998), Oliveira-Formosinho & Formosinho (2001) e Oliveira-Formosinho & Kishimoto (2002) coloco em prática o conceito de formação em contexto, que é entendida como “uma forma emergente de formação de professores que se situa numa visão do mundo democrática e participativa, numa epistemologia

da complexidade (MORIM 2008 *apud* OLIVEIRA-FORMOSINHO 2016, pág. 87). A proposta de formação em contexto, realizada em um contexto de docentes nas escolas, agora será experimentada com educadores infantis em uma creche do município de Crissiumal-RS.

Lançada como proposta de grupo de estudos, com o objetivo de reunir os educadores, fora do expediente de trabalho, a partir do interesse e disposição dos mesmos para, inicialmente, realizar o estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009), utilizando a lei como referência para a abertura de uma conversa e análise sobre aspectos das crianças e da prática com elas. De acordo com WESCHENFELDER, MARCHAND, WESCHENFELDER (2016)

(...) fica difícil pensarmos em um processo de reflexão que esteja fora desta articulação com os elementos do cotidiano. Não se trata simplesmente de comparar as referências teóricas ou legais com as situações concretas que são vivenciadas pelas professoras. Trata-se de incorporar o exercício da práxis como um elemento chave nos processos de formação continuada, em especial da formação em contexto (WESCHENFELDER, MARCHAND, WESCHENFELDER 2016, pág. 71).

De acordo com os autores, se faz necessário pensar sobre a prática profissional nos momentos de formação. Trazer autores e normativas funciona como um meio de iniciar a conversa, referenciar um assunto, fazendo com que o material seja apenas um apoio para a reflexão, através da qual, se torne possível realizar a práxis em torno da compreensão da criança como centro da prática na instituição de Educação Infantil. OLIVEIRA-FORMOSINHO (2016) referencia *práxis* como “ação profissional situada que desenvolve práticas que dialogam com a teoria e a investigação (o mundo dos saberes), que sustentam na ética e deontologia profissionais e que abraçam a complexidade do ato educativo” (pág. 93).

Realizado em uma das instituições pesquisadas, através do convite à participação voluntária dos educadores, no primeiro encontro do grupo de estudos iniciamos a reflexão a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009). Para que todos tivessem acesso ao material de leitura, providenciei cópias, facilitando o acompanhamento e a interação com o documento. Com certeza tinha grandes expectativas, sendo uma proposta nova, contava com a participação da grande maioria dos educadores. Porém, não foi bem assim. No convite a

proposta era que o encontro seria uma hora antes do início da jornada. De um grupo de dezesseis profissionais, apenas três vieram mais cedo e se dispuseram a participar, sendo que não havia representação da equipe diretiva. Não era o que eu esperava, mas o que realmente interessava era que esses três educadores, demonstraram vontade de se qualificar.

Figura 1: Organização do espaço e materiais para a formação em contexto.



Fonte: Schneider 2016.

Inicialmente expus a proposta do grupo de estudos, ressaltando que estaríamos todos aptos a fazer colocações e expressar suas dúvidas, que a intenção desse momento de formação seria a de construção do conhecimento coletivamente. Essa aprendizagem em grupo também é uma forma de conhecer os colegas, discutir os assuntos em comum e, nesse caso, a partir de um documento base para as práticas na Educação Infantil. Iniciada a leitura, buscamos compreender cada aspecto, analisando os termos utilizados e suas variantes. Ponderamos de acordo com a organização do documento, discutimos a respeito dos objetivos, das definições, a concepção de Educação Infantil, os princípios, concepção e os objetivos de proposta pedagógica.

Não foi possível avançar muito na análise do documento, pois em alguns momentos as colocações se estendiam e, por vezes, saíam do assunto do documento. O que, de certa forma, considero muito significativo. Dessa forma, foi possível fazer novas análises do que os educadores sentem em relação às suas práticas. Como um desabafo, mencionaram as dificuldades sentidas em relacionar a teoria do documento com a proposta pedagógica em sala. E essa atitude é relevante, pois, “[...] a re(visão) de nossas ações permite a transformação delas” (MONTEIRO, 2010, p 118). Sendo que os impasses destacados são a rotina, falta de momentos de diálogo com os colegas, pouca comunicação e envolvimento com a equipe diretiva, questões de comportamento dos alunos que influenciam durante as atividades pedagógicas, e ainda, o despreparo dos profissionais diante de determinadas situações. De certa forma, uma ação reflexiva por parte dos educadores, destaco os dizeres de Freire (2008 p.49), quando conclama que “toda ação reflexiva leva sempre a constatações, descobertas, reparos, aprofundamento; e, portanto, nos leva a transformar algo em nós, nos outros, na realidade”.

Esgotado o tempo, parecia que não terminavam os assuntos. Foi um momento de seriedade, porém, tratado com leveza para que não fosse desgastante, pois, a intenção era que os educadores se sentissem a vontade e tivessem uma boa impressão do primeiro encontro do grupo de estudos. Iniciada a proposta, lançado o desafio. Agora era aguardar para ver como seria o próximo encontro.

Possibilitar momentos de estudo, no local de trabalho, possibilita ao educador abertura, fazendo com que ele se sinta a vontade para fazer as considerações e estabelecer conexões do que está sendo estudado com o contexto vivenciado. Sobre esta prática de formação, KRAMER (2011) nos fala que

Diversos são os termos que circulam nas creches, pré-escolas, escolas: formação permanente, nome mais antigo, formação continuada (consagrado pela lei) ou formação em serviço, denominação que prefiro apenas por sua clareza: trata-se de profissionais em formação no seu lugar de trabalho (KRAMER, 2011, p. 119).

De acordo com a autora, indiferente da nomenclatura, o que interessa é que os profissionais estão em formação no local onde o conhecimento se torna relevante. Possibilitar o espaço para grupos de estudos dentro da instituição é algo muito significativo. É uma maneira de motivar o grupo de educadores, valorizar as

práticas, socializar experiências, verificar o que pode ser melhorado, buscar soluções para os grandes e pequenos desafios do cotidiano, pois, “é preciso sentir-se bem para educar bem”. (MARCHESI, 2008, p.121) . Iniciar a formação continuada a partir do estudo de documentos, relacionando com o contexto da instituição, possibilita a qualificação do profissional e da própria prática em sala de aula.

Passados cerca de vinte dias, realizei o segundo encontro. Contou com a presença de dois educadores, o que compreendo, pois, a participação depende do esforço que cada profissional se dispõe a fazer. Nem sempre os compromissos pessoais nos possibilitam participar de eventos. O que facilitaria para a maior participação de educadores, nesta proposta de grupo de estudos, seria a sua inserção/realização durante a jornada de trabalho. Porém, este é um aspecto a ser discutido e conquistado com o passar do tempo.

Damos continuidade ao estudo do documento, seguindo a mesma dinâmica de leitura e discussão/diálogo sobre os aspectos mencionados. Algumas percepções foram possíveis, a principal se trata de que a realidade, em algumas questões, se diverge das exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009). Não no sentido de algo estar irregular. Somente ressalta-se que existem pontos à ser melhorados, que não dependem dos educadores. São aspectos principalmente de acesso a materiais e pro postas pedagógicas, estrutura física e pessoal, número de vagas. Mas, não é disso que quero falar nesta escrita. O foco é a proposta de formação continuada através de grupos de estudos.

Experiências que visivelmente tiveram sucesso. Talvez pudesse estar frustrada pela pouca participação, mas pelo contrario, sinto-me motivada. Plantei sementes, provoquei a inquietação. Busquei estudar o documento que normatiza a Educação Infantil, lançando sobre ele o olhar e o ponto de vista dos profissionais que convivem cotidianamente com as crianças. Até o momento estes educadores desenvolviam a prática baseados em conhecimentos adormecidos, vindos da formação que buscaram, assim como nesta oportunidade, pelo seu próprio esforço. Agora, partimos para a construção conjunta de novas propostas pedagógicas. Pretendo ir à busca do apoio da equipe diretiva, a fim de provocar um maior diálogo

desta com as educadoras, para que dessa forma, façam-se as mudanças necessárias e valorizem-se os pontos positivos do trabalho que já é realizado.

No terceiro encontro, realizado depois de passado um pouco mais de trinta dias, organizei-me de maneira diferente dos anteriores. Dessa vez foram dois encontros no mesmo dia, para facilitar a participação dos educadores. Como a jornada diária é de seis horas corridas, o grupo sempre está dividido em dois turnos, manhã e tarde, reunindo-se apenas ao meio dia para repassar recados. Assim, entreguei alguns dias antes um convite para participarem do encontro de formação em contexto, especificando que seria para as educadoras do turno da manhã das 12h as 13h (uma hora após), e para as educadoras do turno da tarde das 11h as 12h (uma hora antes). Dessa maneira, não haveria a necessidade de irem para casa e retornarem. Como os horários eram durante o horário de almoço, tive a preocupação de oferecer um pequeno lanche e chimarrão, assim como enfatiza-se para os alunos, não há aprendizagem enquanto há fome.

Essa mudança foi muito positiva! No turno da manhã contei com a participação de quatro educadoras e uma das gestoras. E no turno da tarde com as outras quatro educadoras. Concluímos o estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fazendo uma reflexão sobre a proposta da formação em contexto através do grupo de estudos. Realizar a escuta desses profissionais, a partir da normativa, possibilitou conhecer as perspectivas de Educação Infantil, o modo de pensar sobre a criança e a prática em sala.

Figura 2: Grupo de formação em contexto turno da manhã.



Fonte: SCHNEIDER 2016

Figura 3: Grupo de formação em contexto turno da



tarde

Fonte: SCHNEIDER 2016

Como mediadora dos encontros de formação em contexto, coloquei-me no papel de “formador”. OLIVEIRA-FORMOSINHO (2016) afirma que o formador convive com

(...) o dilema de harmonizar a necessidade de provocar, ensinar, dizer e a necessidade de silenciar e escutar. Exige-se a suspensão dos saberes do formador, dos dizeres do formador, do ensinar do formador instituindo assim quotidianamente uma pedagogia da escuta que não significa meramente trocar o espaço-tempo de detenção da palavra, da apresentação de

pensamento, mas sim a procura séria e crítica de dar a voz a quem se forma e harmonizar essa voz com a própria voz de quem forma (OLIVEIRA-FORMOSINHO 2016, pág. 97).

A partir da ideia de OLIVEIRA-FORMOSINHO (2016), pode-se afirmar que o formador é o mediador entre a teoria, a prática e a práxis. Cabe a ele saber escutar, valorizar a fala dos educadores trazendo contribuições, amenizar os momentos polêmicos, redirecionar para o aspecto inicial do encontro, trazer contribuições de modo que todas as questões abordadas constituam-se como aprendizagens. Como formadora, busquei este posicionamento diante das colegas educadoras, pois mesmo sendo a mediadora do encontro, também estava na posição de aprendiz.

É importante dar voz aos educadores nos encontros de formação em contexto, proporcionando a eles a abertura para que falem sobre suas convicções e percepções sobre a prática a partir da criança. Ou seja

Dá-lhes voz e participação, desde o início da formação: no primeiro momento de tomada de consciência crítica sobre a identidade atual da pedagogia praticada no centro educativo e nas salas de atividade. Dá-lhes voz na tomada de consciência crítica sobre a verdade de que seu cotidiano esta imerso numa cultura pedagógica que os antecedeu e os formou e pela qual não são responsabilizados (OLIVEIRA-FORMOSINHO 2016, pág. 92).

Assim, o que OLIVEIRA-FORMOSINHO (2016) nos sugere, é que seja valorizada a participação do educador através das suas falas que representem a sua reflexão e mudança de pensamento. Afinal, a história que constitui cada contexto também é formativa, e muitas das práticas desenvolvidas são o reflexo de como veio se constituindo a Educação Infantil naquele espaço. O educador, até essa tomada de consciência, não tem culpa desse processo, mas tem a oportunidade e o compromisso de refletir e provocar mudanças em seu trabalho e, também, na instituição.

Nestes encontros de grupo de estudos, de formação em contexto, é importante que o educador tenha a oportunidade de demonstrar qual o seu ponto de vista sobre os temas abordados, fazendo colocações de como percebe a sua constituição enquanto profissional de Educação Infantil ao longo do tempo, como é a prática desenvolvida e qual o conceito de criança construído ao longo da carreira como educador. Sendo “um processo que se dá no coletivo dos educadores, em que todos tem voz e vez, num diálogo esclarecido, emancipado, das manifestações do

vivido, das práticas, das interações e vivências”(CANCIAN 2016, pág. 34). São análises individuais que tem muito a contribuir, principalmente, quando estamos buscando a práxis enquanto grupo de trabalho. Através das colocações, outros educadores podem se encorajar a apoiar ou não a questão levantada.

Encerro aqui o relato da experiência proposta pelo plano de ação, porém, não encerro os encontros de formação em contexto. A proposta para os próximos encontros é que continuem sendo realizados mensalmente, e que se dê ênfase aos temas mencionados pelos educadores nos questionários. Partir do estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foi apenas uma estratégia para iniciar a intervenção, criar um vínculo com os educadores e, principalmente, aproximá-los desta normativa que é referência base para o trabalho com as crianças.

Em seguida estarei descrevendo as percepções desenvolvidas a partir da pesquisa, o quanto ela é significativa para a formação como acadêmica e educadora. Da mesma forma que estarei colocando as minhas conclusões sobre a experiência de intervenção na formação em contexto, bem como dos educadores envolvidos. E ainda, considero importante ressaltar, de que forma ela trará retorno para as crianças, sendo elas, as mais tocadas pelos resultados a serem percebidos na escola.

8. REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO DA PESQUISA

O processo de formação em contexto baseia-se em uma constante pesquisa a respeito de temas e assuntos da área de interesse dos sujeitos envolvidos, podendo acontecer direta ou indiretamente. Seja em grupo ou individual, o importante é que os resultados da formação possam ser percebidos no contexto. Independente do tema de estudo, o fato de se estabelecer análise e a conexão entre teoria e prática, proporciona a qualificação de aspectos significativos no trabalho, pois a “[...] relação com o saber é algo que se constrói” (CHARLOT, 2000, p 71).

Na Educação Infantil esse processo de formação ocorre da mesma forma. O conhecimento teórico só tem seu valor se provocar a inquietação, ou mesmo, promover mudanças na prática. Assim como, as experiências práticas tornam-se valiosas para a construção de novas teorias. Os principais interessados são os sujeitos envolvidos, neste caso os educadores. Pois, “[...] avanços e retomadas fazem parte do processo de formação e demandam enfrentamentos e atuam como geradores de crises, exigindo posicionamentos específicos” (GROSCH E SILVA, 2010, p. 61).

Então, após esse estudo e pesquisa, podemos dizer que a importância da formação em contexto para os educadores infantis em relação às suas práticas, se dá pela possibilidade de realizar a práxis a partir das análises desenvolvidas. Assim, a prática adquire qualidade, da mesma maneira que, se torna significativa para as crianças, passando a desenvolver propostas pedagógicas cuja centralidade do educar e cuidar é a criança. No caso desta pesquisa, referindo-se a formação em contexto, o que acontece é

(...) a desconstrução do contexto de análise, desafiando os sujeitos a produzirem um deslocamento, assumindo eles próprios a função de pesquisadores, juntamente com os formadores externos, em um movimento sistemático de investigação e problematização do cotidiano e dos elementos

que constituem este território (WESCHENFELDER, MARCHAND, WESCHENFELDER 2016, pág. 78).

Assim, de acordo com os autores, o processo de desacomodação é facilitado, proporcionando com o desafio para o educador a provocação de mudanças na concepção de criança e de prática. A intenção é a de que ele, a partir dessa nova perspectiva em sala, observe os avanços enquanto profissional sensível e possibilitador de aprendizagens. Dessa maneira, nos encontros de formação, pode-se mencionar as percepções, socializando o que deu certo, analisando com o grupo o que ainda necessita ser melhorado.

Conclui-se que no município de Crissiumal, RS não há possibilidade de acesso a cursos, encontros e especializações disponibilizadas especificamente aos profissionais da Educação Infantil. Assim, os educadores sentem o abandono neste aspecto como algo que não é positivo para o atendimento às crianças, e principalmente, enfatiza a importância dos momentos de formação continuada para a consagração da qualidade do trabalho desenvolvido nas instituições.

A presente pesquisa tomou como base o estudo de teorias e documentos legais que enfatizava importância do acesso da formação em contexto, bem como, introduz-se no contexto das instituições em busca da opinião dos educadores. E principalmente, traz o relato da experiência com o grupo de estudos, uma proposta já conhecida, mas ainda não colocada em prática nas instituições deste município.

Conclui-se que a formação em contexto ainda é um aspecto a ser revisto pelos gestores. Os próprios educadores enfatizam que existe a necessidade de acesso a eventos de formação, sendo que esta necessidade é sentida no cotidiano em sala, através da fragilidade em lidar com os desafios impostos pela infância contemporânea e pelas requisições pedagógicas do contexto. A valorização da Educação Infantil dar-se-á através da qualificação do grupo de trabalho, sustentando a ideia de que, a qualidade do atendimento às crianças passa inicialmente pelas mãos dos profissionais que atuam em sala de aula, diretamente com as crianças.

Destaco a importância da formação em contexto para o cotidiano educacional e possibilidade de acesso disponibilizada durante a jornada de trabalho dos educadores, de maneira que seja incorporada como um aspecto do Plano de

Carreira Municipal. Afirmo que é significativa, sendo uma forma destes profissionais terem conhecimento de leis, documentos e bibliografias utilizadas como referência no trabalho com as crianças na Educação Infantil.

Discutir, socializar, planejar, questionar, avaliar o trabalho em sala. Ter tempo e espaço para estudar e planejar a proposta pedagógica, com a equipe da escola, na própria instituição. Nós, profissionais da Educação Infantil, teremos que batalhar para usufruir o direito à formação. Desacomodar-se. Justificar nossa necessidade e mostrar que não há como nos contentarmos com um trabalho rotineiro e que é preciso educadores formados em todas as turmas da instituição.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ARAÚJO, Sara B. OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **Formação em contexto para a reconstrução da pedagogia em creche: a relevância percebida de conteúdos e processos**. In: CANCIAN, Viviane A. GALLINA, Simone F. WESCHENFELDER, Noeli. *Pedagogia das infâncias, crianças e docências na Educação Infantil*. Santa Maria : UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.
- BARBIERI, Stela. **Interações: onde está a arte na infância?** São Paulo: Blucher, 2012.
- BARBOSA, Maria Carmem. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**. Agosto. 2010. Disponível em Portal MEC <<portal.mec.gov.br/docman/setembro-2010>>.
- BARBOSA, Maria Carmem. FOCHI, Paulo Sergio. **O Teatro e os Bebês: Trajetórias Possíveis Para uma Pedagogia com Crianças Pequenas**. Revista Espaços da Escola. Ed. Unijuí. Jan./Jun. 2011.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. São Paulo: Artmed, 2008.
- BARBOSA, Maria Carmem. RICHTER, Sandra Regina Simonis. **Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche**. Revista Educação. Santa Maria. Jan./Abr. 2010.
- BARRETO, Ângela M. R. **A educação infantil no contexto das políticas públicas**. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, Campinas, SP: Autores Associados, n. 24, p. 53-65, set./out./nov./dez. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1995.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

CANCIAN, Viviane A. **Processos formativos e docências na Educação Infantil: indagações do vivido**. In: CANCIAN, Viviane A. GALLINA, Simone F. WESCHENFELDER, Noeli. *Pedagogia das infâncias, crianças e docências na Educação Infantil*. Santa Maria : UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Tradução Bruno Magne, Porto Alegre: Artmed, 2000.
- DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai.** In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001.
- FREIRE, Madalena. **Educador.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa .** São Paulo: Paz e terra, 1996.
- GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos. O atendimento em creche.** Tradução Marlon Xavier. 2ª. Ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006.
- GROSCH, M. S.; SILVA, N. M. A. **Políticas de formação continuada de professores: (des)caminhos na constituição da autonomia docente.** In: RAUSCH, R. B.; SILVA, N. M. A. **Formação de Professores: Políticas, Gestão e Práticas.** Blumenau: Edifurb, 2010.
- KISHIMOTO, Tizuko M. OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **Em busca da pedagogia da infância: pertencer e participar.** Editora Penso, Porto Alegre, 2013.
- KRAMER, Sonia. **Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação.** São Paulo: Ática, 2011.
- KRAMER, S. **Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões.** In: KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5 ed. Goiânia, Alternativa, 2004.
- MACHADO, M. L. de A. (org). **Encontros e desencontros em educação infantil.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental.** Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302006000300009&lng=en&nrm=iso>.

MELLO, Débora T. CORREA, Aruna N. CANCIAN, Viviane A. **Docências na Educação Infantil: Currículo, espaços e tempo.** Santa Maria : UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

MELLO, Débora T. **Um estudo sobre as políticas públicas de formação docente para a Educação Infantil no Brasil: uma análise das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (2006) e metas do Plano Nacional de Educação (2001 - 2010).** In: CANCIAN, Viviane A. GALLINA, Simone F. WESCHENFELDER, Noeli. *Pedagogia das infâncias, crianças e docências na Educação Infantil.* Santa Maria : UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

MONTEIRO, Silas Borges. **Epistemologia da Prática: o professor reflexivo e a pesquisa colaborativa.** In PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito .* São Paulo: Cortez, 2010.

MARCHESI, Álvaro. **O bem estar dos professores.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Vozes, 2001.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação .** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **A formação em contexto: a mediação do desenvolvimento profissional praxiológico.** In: CANCIAN, Viviane A. GALLINA, Simone F. WESCHENFELDER, Noeli. *Pedagogia das infâncias, crianças e docências na Educação Infantil.* Santa Maria : UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Planejamento na Educação Infantil: mais que atividade, a criança em foco.** In: *Encontros e encantamentos na Educação Infantil.* Campinas, SP: Papirus, 2000.

ORTIZ, Cisele; CARVALHO, Maria Teresa Venceslau de . **Interações: ser professor de bebês. Cuidar, educar e brincar, uma única ação.** São Paulo: Edgar Blücher Ltda., 2012.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

OLIVEIRA FORMOSINHO, J.; FORMOSINHO, J. **Associação Criança: um contexto de formação em contexto.** Braga: Livraria Minho, 2001.

PASCHOAL, Jaqueline D. MACHADO, Maria C. G. **A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95,mar.2009 - ISSN: 1676-2584. Site: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em 06/09/2016.

SANTOS, Débora D. LIZOT, Eleandro J. KARLINSKI Leila M. C. SANDRI, Valdir J. **Tempo e espaço de ser criança: uma proposta de Educação Infantil.** In: MELLO, Débora T. CORREA, Aruna N. CANCIAN, Viviane A. **Docências na Educação Infantil: Currículo, espaços e tempo.** Santa Maria : UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

VIEIRA, Livia Maria F. **A educação infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 809-831, jul.-set. 2010 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>.

_____**Mal necessário: creches no departamento nacional da criança (1940-1970).** Caderno de Pesquisa, São Paulo (67) 3-16, 1988,

WESCHENFELDER, Noeli V. MARCHAND, Denise M. WESCHENFELDER, Vladinei. **O assessoramento em Educação Infantil a a construção de processos coletivos.** In: CANCIAN, Viviane A. GALLINA, Simone F. WESCHENFELDER, Noeli. **Pedagogia das infâncias, crianças e docências na Educação Infantil.** Santa Maria : UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

_____**Formação em Contexto e a construção de uma identidade em docência na Educação Infantil.** In: MELLO, Débora T. CORREA, Aruna N. CANCIAN, Viviane A. **Docências na Educação Infantil: Currículo, espaços e tempo.** Santa Maria : UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE/UFSM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

COORDENADORA: PROF. DR^a. DÉBORA DE MELLO TEIXEIRA
 ORIENTADORA: PROF. DR^a. Viviane Ache Cancian

Prezado (a) senhor (a)

Esta pesquisa objetivou destacar a importância da formação continuada em contexto para o cotidiano educacional e possibilidade de acesso disponibilizada aos educadores do município de Crissiumal-RS.

Garante-se o compromisso que os dados (imagens, fotografias, som) serão utilizados exclusivamente para a execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no presente projeto de forma anônima.

Qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa, ou posteriormente, poderão esclarecer através dos seguintes contatos (55) 3220 8110 (Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo) ou via e-mail: gracieliks@hotmail.com.

Eu, _____,
 CPF: _____, ciente do que foi exposto, acredito ter sido informado de maneira satisfatória a respeito da pesquisa, tendo ficado claro os propósitos do estudo, assim como os procedimentos, seus riscos benefícios, a garantia de confidencialidade e esclarecimentos.
 Concordo em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer dano e/ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido. Concordo com a utilização das minhas sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício em publicações associadas.

Declaro que recebi cópia do termo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Santa Maria, RS, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura

Pesquisador responsável

